

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JONATHAS CARVALHO BATISTA

O DESAFIO GRAMSCIANO AOS BATISTAS PAULISTANOS.
UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁXIS SOCIAL E VIVÊNCIA ENTRE OS
BATISTAS PAULISTANOS

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

B333d Batista, Jonathas Carvalho

O desafio Gramsciano aos Batistas Paulistanos: uma reflexão sobre
práxis social e vivência entre os batistas paulistanos / Jonathas Carvalho
Batista – 2010.

58 f. ; 30 cm

1 CD-ROM

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

Bibliografia: f. 54-58

1. Igreja Batista 2. Intervenção social 3. Protestantismo I. Título
II. Gramsci, Antonio

LC BX6272.B7
CDD 286

JONATHAS CARVALHO BATISTA

O DESAFIO GRAMSCIANO AOS BATISTAS PAULISTANOS.
UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁXIS SOCIAL E VIVÊNCIA ENTRE OS BATISTAS
PAULISTANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araújo Gomes

São Paulo

2009

JONATHAS CARVALHO BATISTA

O DESAFIO GRAMSCIANO AOS BATISTAS PAULISTANOS.
UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁXIS SOCIAL E VIVÊNCIA ENTRE OS BATISTAS
PAULISTANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte dos requisitos obrigatórios para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

APROVADO EM 03 DE MARÇO DE 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araújo Gomes – Orientador

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Prof. Dr. Arthur Pinto Chaves

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Ricardo Bitun

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

À minha família sempre presente no amor e em todo incentivo.
À Rose, por sua doação incondicional.
Aos meus irmãos da Pedra e da Vida, minha gratidão.
Por que Sua Força é Infinita.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, o Filho de Deus, meu coração, devoção e fé.

Ao Prof. Dr. Antonio Máspoli de Araújo Gomes, minha gratidão mais que devida, necessária, por seu apoio, acompanhamento e incentivo não só como orientador acadêmico, como também, por suas muitas e preciosas sugestões sem as quais não seria possível a realização deste trabalho. Sei, conheço e reconheço seu valor.

Ao Prof. Dr. Jorge Pinheiro dos Santos por seus comentários e instruções valiosíssimas que enriqueceram e criou um todo muito mais amplo e compreensível.

Ao Prof. Dr. Ricardo Bitun por seus mais que conselhos acadêmicos e científicos que levarei para toda minha vida.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie, pelo acolhimento de minha pesquisa e pelo espaço de reflexão e novos conhecimentos.

Aos meus amigos e professores da EST, sempre prontos, sempre envolvidos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar e propor uma reflexão dialética sobre a cosmovisão social dos batistas paulistanos, enquanto entidade social constituída. Ou seja, qual a *práxis social* adotada como modelo pelo grupo como unidade social ativa, buscando uma aproximação entre a estrutura conceitual do pensamento Batista no Brasil essencialmente na cidade de São Paulo. Pretende ainda promover uma análise mais aprofundada do tema apresentando uma projeção real deste quadro, demonstrada através de pesquisa de campo, desenvolvida e promovida exclusivamente para este fim. O autor durante todo o período de produção acadêmica buscou e investigou o funcionamento da relação entre “compreensão e ação”, especificamente quanto aos modelos de intervenção social adotados por ela. Entretanto, esta análise necessita de um “lugar de leitura”, um horizonte por onde trilhe esta pesquisa. Para isto, o autor adotou como referencial teórico, o pensador e filósofo italiano, Antonio Gramsci, sob a perspectiva analítica desenvolvendo o processo de interpretação adotado neste trabalho. Compreender a cosmovisão de um grupo religioso como margeador de um processo de intervenção social particular (no sentido lógico) se faz então, o objetivo central, mesmo que associado a uma perspectiva exterior (Gramsciana) de análise. Análise essa que, em seu conjunto demonstra uma possibilidade de unidade de intenções e necessidades.

Palavras-Chave: Igreja; Batista; Intervenção Social; Gramsci; Protestantismo.

ABSTRACT

This work has the objective of presenting e proposing a dialectic reflection of the social Cosmo - vision from the Baptist people of São Paulo as a social entity. In other words, what is the social praxis adopted for the group as an active social unit in search for a conciliation of the Baptist conceptual thinking in Brazil, essentially in Sao Paulo, being the study object of this academic research in its developing applicative. This research has also the objective to promote a deep analysis of the theme presenting a real projection through Field research developed and promoted exclusively for this purpose, where the author tries to investigate how the relation between “comprehension and action” specially the models of social intervention adopted. However this analysis is in need of a “reading spot”, a horizon, a path for the research. As a theoretical reference the author adopted the Italian thinker and philosopher Antonio Gramsci, through which the analytical perspective develops in a particular manner the process of dialectic interpretation of the work. To understand the cosmo – vision of a religious group as conduct line of a social intervention process (in a logical sense) results in the central objective of this work even when associated to an exterior analysis perspective (Gramsci), where this analysis demonstrates the possibility of unifying intentions and needs.

Key-words: Church; Baptist; Social Intervention; Gramsci; Protestantism.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – OS BATISTAS E SUA PRÁXIS SOCIAL	12
1.1. Breve relato histórico-cronológico dos Batistas Paulistanos	12
1.1.1. O trajeto. Richmond, Virgínia, USA - Santa Bárbara, São Paulo, Brasil. .	13
1.1.2. Willian Buck Bagby.....	16
1.1.3. A Igreja Paulistana e Convenção Batista do Estado de São Paulo.	17
1.2. A Cosmvisão Batista.....	19
1.2.1. Landmarkistas e American Life Way	20
1.3. A Práxis Social.....	22
CAPÍTULO II – A QUESTÃO SOCIAL	28
2.1. A constituição da questão social: formas e mecanismos de atuação social ...	28
2.2. A questão social dentro do contexto das mudanças sociais contemporâneas	30
2.3. A redefinição do papel do Estado: novas conjunturas e implicações no trato da questão social	33
2.4. Sociedade Civil em Gramsci: uma esfera privilegiada na consolidação da hegemonia.....	39
2.5. Da relação entre Estado e sociedade civil: uma realidade de contradições e possibilidades de mudanças.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos sessenta, uma discussão polêmica e por vezes acalorada, tem tomado espaço e concentrado a atenção de pesquisadores, formadores de opinião e líderes no intuito de definir ou ao menos delimitar qual seriam os compromettimentos da igreja como instituição social juridicamente constituída. E quais seriam os limites dessa inter-relação.

Nesse aspecto, a Igreja concentra, em si, uma série de mecanismos que estão indissolúvelmente ligados a ela, independentemente de seu caráter religioso e que geram uma demanda social a ser conciliada dentro da sua ideologia e de sua realidade vivencial. Ou seja, a igreja convive diretamente com as mais variadas formas de desigualdade e injustiça social que, automaticamente, vão gerando interpretações e ações próprias de enfrentamento destas questões.

Faz-se como objetivo para este trabalho de pesquisa: apresentar uma leitura da questão social brasileira, sua constituição e suas formas institucionais de enfrentamento social. Identificar e analisar os mecanismos de ação sociais aplicados dentro deste “espaço social” chamado igreja. Aqui, delimitamos o objeto central de nossa análise à Igreja Batista na cidade de São Paulo¹ a partir de uma perspectiva Gramsciana, referencial teórico primário, central e único desta pesquisa acadêmica.

Para isto, desenvolveremos este trabalho em dois capítulos. Propomos uma discussão sobre qual o critério de entendimento de questão social e como ela se constitui. Tendo como parâmetro as relações estruturais e conjunturais da nossa sociedade dentro do contexto social que nos é contemporâneo, com o intuito de identificar as novas implicações trazidas pelo movimento conjuntural da organização do capitalismo de oligopólios.

Dentro deste conceito se faz necessário a apresentação de um olhar crítico sobre o papel do Estado e da sociedade civil, buscando destacar as inter-relações existentes entre essas esferas sociais, para entendermos as diferentes formas de

¹ Chamamos aqui Igreja Batista em São Paulo, o conjunto de igrejas locais e autônomas que compõem a Convenção Batista do Estado de São Paulo, restringindo-se por amostragem as igrejas estabelecidas dentro da cidade de São Paulo.

intervenção quanto à questão social que, nos permitirá uma discussão sobre a ampliação dos espaços públicos. Sobretudo, o espaço da Igreja, como possibilidade de construção de um mundo mais justo, ou seja, um “*espaço social de construção humana*”².

Ao propor uma discussão sobre a ampliação dos espaços públicos, nos fundamentaremos em Antonio Gramsci para que possamos situar e localizar a igreja dentro deste “espaço”. Ou seja, a sociedade civil, ampliando não só a área de atuação da igreja, como também sua participação na formação ideológica da comunidade na qual está inserida. Formação esta, necessária para a construção de uma cidadania autônoma, consciente e participativa.

No entanto, da mesma forma que se faz necessária à construção de uma consciência cidadã que esteja instruída e preparada dentro de seus próprios espaços e reservas de comprometimento histórico, não seria prudente criarmos um referencial de análise teórica e situacional sem refletirmos também sobre o quadro histórico e ideológico dos comprometimentos e objetivos da instituição analisada e proposta como via de possibilidade participativa. (LUKÁCS, 2003).

Para isso apresentaremos, primeiramente, um breve perfil histórico e ideológico dos batistas no Brasil e em São Paulo. A fim de entender como se deu à chegada desta denominação, oriunda do sul dos Estados Unidos da América ao Brasil, as intenções e o “*lugar social*” que motivaram seus agenciadores e mantenedores, no momento político que vivia o Brasil na sua implantação, vivenciando a transição de uma monarquia para uma república, as práticas e estratégias usadas por seus precursores. E, finalmente, qual o conjunto de mecanismos de enfrentamento social e ideológicos que formaram dentro das Igrejas Batistas na cidade de São Paulo, sua *Práxis Social*.

Chamamos aqui de *Práxis Social* o resultado dialético entre a *Filosofia da Práxis* e a *Práxis Histórica*, ou seja, a função ideológica da prática e não o produto resultante da prática em função de sua movimentação frente às situações de enfrentamento social.

² A estruturação de termos ou a construção de chaves lingüísticas para a designação de nosso objetivo nesta frase tem como idéia central propor a formação de conceitos que se desdobrem em trabalhos específicos a serem desenvolvidos em outras análises e projetos de pesquisa que se inter-relacionem.

De posse desse histórico dos batistas paulistanos e do seu conceito objetivado e compreendido de questão social, a partir da definição de um modelo de cosmovisão, apresentaremos, então, uma discussão teórica analítica. Onde as demandas sociais e suas respostas conceituais se encontram e são confrontadas com os mecanismos reais, em atividade nas Igrejas Batistas em São Paulo, identificados e tipificados através de uma pesquisa de campo quantitativa e qualitativa. A qual tem como objetivo identificar, não só o conjunto de ferramentas de ação social em funcionamento hoje entre os batistas paulistanos e seu alcance em números e intenções, como também sua compreensão de ação social.

A pesquisa se justifica e se fez necessária, em função do sistema de governo local e autônomo dos batistas que dificulta e geralmente limitam ao próprio local da ação. E dos dados e informações, sem as quais não teríamos um elemento *in loco* para a fundamentação desta análise.

Desta forma, o autor tem como finalidade a elaboração de um breve estudo que demonstre e contemple a problemática da questão social, examinada e discutida através de dois aspectos específicos: a identificação e o exame dos mecanismos institucionais nominais³ de ação social desenvolvidos pelas igrejas batistas paulistanas. Ou seja, *sua praxis* frente à exposição das metodologias e conceitos contemporâneos de ação social, e seu contraste com a perspectiva de Antonio Gramsci, a partir de seu conceito de sociedade civil, e, principalmente, de sua “teoria” de Estado Ampliado. Onde todos “espaços sociais” – no caso deste projeto de pesquisa a igreja batista paulistana – são espaços privilegiados de promoção de cidadania e promoção social, propondo uma análise reflexiva para o entendimento de como se dá a relação, a dinâmica e o processo de tensão estabelecido hoje, entre a igreja batista paulistana e a questão social. Relação de suma importância para a compreensão do papel da igreja contemporânea frente à problemática social local e particular e do país.

³ Denominamos como meios “institucionais nominais”, as ações e programas oficiais desenvolvidos pelas denominações, não levando em conta as ações individuais voluntárias de seus membros ou igrejas isoladas por não refletirem o modelo oficial instituído por suas denominações em sua totalidade.

CAPÍTULO I – OS BATISTAS E SUA PRÁXIS SOCIAL

1.1. Breve relato histórico-cronológico dos Batistas Paulistanos

De Thelmudo Lessa a Betty Antunes de Oliveira⁴ passando-se por uma grande quantidade de monografias, pesquisas e trabalhos acadêmicos dedicados a uma denominação cristã⁵ específica ou a um grupo delas, à um aspecto particular ou a conceitos fundamentais, muitos foram os pesquisadores e autores que se dedicaram e impingiram esforços, na intenção de registrar, mapear, analisar e, não por poucas vezes, também desenvolver um trabalho crítico quanto às denominações cristãs e sua presença no Brasil nos mais variados aspectos.

Quanto aos batistas e mais estritamente, os batistas paulistanos, objeto focal de nossa pesquisa, é vasta e bem abrangente a bibliografia referente não só a sua história, como também, quanto aos seus pensamentos, doutrinas, conceitos de vivência, relação comunitária, participação política e educacional, etc.

No entanto, é de extrema relevância para uma melhor compreensão e adequação dos conceitos que envolvem este trabalho, a construção e apresentação de um perfil, mesmo que breve, do histórico cronológico dos batistas no Brasil, mais propriamente aplicado à cidade de São Paulo, onde concentramos nossa pesquisa. Para uma compreensão mais adequada de como se deu sua implantação em solo brasileiro e paulistano, as práticas e estratégias usadas por seus precursores, e finalmente, como e que tipo de *“espaço social de construção humana”* se identifica entre os batistas da cidade de São Paulo.

⁴ Vicente do Rego Themudo Lessa (1874-1939) foi historiador, jornalista e pastor protestante, autor de várias obras destacando-se: Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, publicado em 1938 e de uma biografia de Lutero. Betty Antunes de Oliveira (1919 -) é musicista, organista e historiadora, tendo seu trabalho reconhecido pela Academia Brasileira de Letras e pela Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia de São Paulo das quais é membro titular. Sua colaboração para a construção da história dos batistas se faz principalmente através de duas obras fundamentais: Centelha em Restolho Seco, Uma contribuição para a História dos Primórdios do Trabalho Batista no Brasil e a Biografia de Antônio Teixeira de Albuquerque, o Primeiro Pastor Batista Brasileiro.

⁵ Definimos aqui por denominações, as nomenclaturas que definem conceitualmente e identificam os grupos protestantes e evangélicos.

1.1.1. O trajeto. Richmond, Virgínia, USA - Santa Bárbara, São Paulo, Brasil.

A Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América⁶ e a decepção dos americanos do sul com a espoliação de suas terras, prestígio e escravos, aliado a uma desesperança quanto a um futuro governado pelo poder do Norte foi, sem dúvida, um grande agente motivador da imigração americana ao Brasil e indiretamente, um propulsor para o início do trabalho batista.

No entanto, antes mesmo que a Guerra da Secessão ditasse o desenrolar das divergências regionalistas que já perduravam por alguns anos, as igrejas batistas do Norte e do Sul já estavam organizadas em duas convenções independentes⁷ e distintas, separadas por dois pontos centrais da discórdia; a questão da escravidão e a compreensão divergente destes protagonistas quanto ao modelo de liberalismo que a partir do Norte se estabelecia em toda União.

Menonitas, pietistas, quackers e congregacionais já estavam declaradamente envolvidos com a causa abolicionista e os batistas, principalmente os do Sul, que há algum tempo se focavam na questão da liberdade religiosa⁸ quando a discussão escravagista tomou forma, não tomaram posição clara, por não considerarem este, um assunto de aspecto religioso (FAIRCLOTH, 1959, p.140).

⁶ A guerra da Secessão (1861-1865) foi o conflito que envolveu os Estados Unidos da América no qual os Estados do Norte (União) derrotaram os secessionários e escravocratas dos Estados do Sul (Confederados) devido às divergências sobre a introdução de uma política protecionista e à campanha abolicionista, defendida pelo norte que ajudavam na fuga de escravos para o norte, onde eram libertos. Os Estados do Sul decidem então se separar e criam a Confederação dos Estados da América. Lincoln, recém-eleito presidente, não aceita o desmembramento da União e declara guerra ao Sul. Após longa resistência sulista, os exércitos dos Estados do Norte são vitoriosos forçando a rendição do Sul em abril de 1865.

⁷ Um célebre jornalista de um periódico americano dizia em sua coluna diária que a separação entre os batistas do Norte e do Sul era de fato um enunciado de uma guerra que estava por vir (OLIVEIRA, 1999, p.157).

⁸ Os batistas historicamente dedicaram grande trabalho e empreendimento na defesa da liberdade religiosa e também da separação entre Estado e Igreja para que não se reproduzissem os quadros de perseguição e cerceamento dos direitos da prática livre da fé, já vividos anteriormente na Europa e também em sua nova pátria os Estados Unidos da América, onde por muitas vezes foram vítimas desta forma de violência (LEONARD, 1963, p. 101).

Finda a guerra na qual morreram quase 69.000 batistas⁹ em lados opostos do “front” e, vencida, pelo menos no aspecto institucional e de políticas públicas esta etapa quanto à discussão abolicionista, a Convenção Batista do Sul começa a se organizar quanto à obra da evangelização e discutir a questão missionária (CRABTREE, 1938, p.276)¹⁰.

Ao mesmo tempo em que o Sul se recuperava das conseqüências da guerra, imigraram para diversas partes do Brasil entre 1865 e 1867 uma expressiva quantidade de famílias americanas influenciadas pelos convites propostos pelos emissários-propagandistas que o Imperador D. Pedro II espalhava pela América, uma parte deste grupo estabeleceu-se em São Paulo numa vila chamada Santa Bárbara, atualmente Santa Bárbara D’Oeste (PEREIRA, 1985, p.191).

As expectativas que estes novos habitantes faziam de um Brasil brotante quanto à cultura e progresso é relatado por A. T. Hawthorne em uma carta a Junta de Missões Batistas do Sul:

É motivo de grande alegria que finalmente os batistas dos Estados Unidos estão voltando a sua atenção para os países da América do Sul e especialmente para o Brasil, aquele belo país do Cruzeiro do Sul. A evangelização desse maravilhoso país é um trabalho de vasta magnitude. O Império Brasileiro é do tamanho dos Estados Unidos e todos os seus territórios, menos o Alaska, e tem uma população de mais ou menos dez milhões de habitantes¹¹.

As vantagens que este campo de trabalho oferece e as razões que devem estimular nossos corações e abrir nossas bolsas nessa direção são numerosas e de fácil análise.

Primeiro: o governo é justo, estável, sábio e firmemente administrado e oferece segurança de vida, liberdade e prosperidade, um governo onde o mérito é devidamente recompensado e o crime é prontamente punido. Imigrantes industriais de todos os climas e países, mas especialmente dos Estados Unidos, são convidados e recebidos com corações e braços abertos, e toda a proteção e comodidade que possam ser necessárias lhes são dadas para o progresso e a prosperidade.

⁹ Dados obtidos no Annual Southern Baptist Convention, 1899, Appendix A, p. 38, cit. por Bell, Lester C.

¹⁰ Conforme citado por A. R. Crabbe o empreendimento missionário transcultural em meio à reconstrução do sul devastado pela guerra parecia aos olhos de muitos, uma idéia prematura e irresponsável, embora necessária.

¹¹ Além do incentivo a imigração promovida pela Coroa, o crescimento da população brasileira no período de 1800 a 1872 é explicado pela expansão cafeeira, pelo crescimento natural da população, pelo tráfico de escravos e também pela integração indígena à população da época. A população brasileira era contada até 1871 através de estimativas feitas pelo governo amparadas pelo registro paroquiais a respeito dos nascimentos, batismos, mortes, matrimônios, etc. Só em 1872 o primeiro censo oficial do Brasil é realizado contabilizando uma população de 9.930.478 habitantes (MORTARA, 1941, p.143).

Segundo: o povo do país é polido, liberal e hospitaleiro ao mais alto grau. Tem grande admiração pelo povo americano, e está, evidentemente, na condição mais favorável para receber de nossa parte um cristianismo mais puro.

Terceiro: o clima é excelente, o país é elevado e saudável, livre de epidemias, o solo é rico, cheio de todos os variados produtos daquela terra fértil.

Passando os olhos pela terra como um todo, as evidências, cremos, demonstram, sem dúvida alguma, que Deus, pela sua providência suprema, preparou aquele país e aquele povo generoso para os exércitos evangelizadores de nossa Denominação e especialmente para os batistas do Sul (OLIVEIRA, 2005, p.498).

A colônia americana em Santa Bárbara agregava em sua chegada e fixação não só batistas, mas também, metodistas, presbiterianos e congregacionais, entre outros, que depois de estabelecidos dispuseram-se a implantar suas igrejas e em 10 de setembro de 1871. Organizava-se com seus cultos e atividades dirigidas exclusivamente à língua inglesa a Primeira Igreja Batista de Santa Bárbara¹², primeira igreja batista organizada em solo brasileiro com 23 membros e tendo como pastor, Richard Ratcliff¹³, nascia o trabalho batista no Brasil e em São Paulo (MENDONÇA, 1985, p.31).

Cabe, no entanto uma nota de reparo ao trabalho batista de missões no Brasil desenvolvido por Thomas Jefferson Bowen¹⁴ enviado como missionário pela Junta de Richmond, chegando ao Rio de Janeiro em maio de 1860.

Bowen tinha uma saúde frágil e em suas cartas a Junta de Missões deixava transparecer sua terrível luta contra a febre amarela e outros males que o acometiam e o impediam de desenvolver seu trabalho e suprir suas expectativas o

¹²Esta foi a igreja assumida posteriormente por Willian Buck Bagby. Devemos salientar, no entanto, que quando Bagby chegou ao Brasil já existia mais uma igreja batista organizada em Santa Bárbara no lugar chamado Station, pois ali era a Estação da Estrada de Ferro da Vila de Sta. Bárbara e foi com carta desta Igreja que Antonio Teixeira de Albuquerque fundou a Primeira Igreja Batista do Brasil na Bahia junto com outros quatro missionários que eram membros da Primeira Igreja Batista de Santa Bárbara. Ou seja, a Primeira Igreja Batista do Brasil na Bahia teve como fundadores - 4 membros da Primeira Igreja Batista de Santa Bárbara e um membro da Igreja da Station - a Segunda Igreja Batista de Santa Bárbara.

¹³ Richard Ratcliff (1819-1876) embora fosse pastor batista, veio para o Brasil como colono. Discípulo do missionário Bowen já havia se apresentado a Junta de Missões em 1860 para servir como missionário na África, porém, devido ao momento acabou engajando-se na guerra e ao fim dela decidiu-se por acompanhar o grupo que vinha ao Brasil.

¹⁴ Thomas Jefferson Bowen (1814-1875) já havia sido missionário anteriormente na Nigéria onde aprendeu o idioma lorubá, tendo inclusive escrito uma gramática da língua lorubá, o que facilitava a sua comunicação com os escravos no Brasil e que lhe rendeu perseguições e desconfianças durante sua estada em terras brasileiras (ELWELL, 1998, vol.III, pág.158).

que fez com que regressasse aos Estados Unidos em fevereiro de 1861. (ELWELL, 1998, vol.III, pág.158).

O jornal “O Diário do Rio de Janeiro” em sua edição de 26 de maio de 1860 relata a repercussão ocorrida pela atividade missionária de Bowen no Rio de Janeiro:

Dizem-nos que um pastor americano, ultimamente chegado de Richmond, traz intenção de converter as almas desgarradas às doutrinas das seitas anabatistas, que professa. Começou já a exercer a sua missão pregando aos pretos minas, cuja língua fala perfeitamente, ao que nos informam. Espíritos supersticiosos e timoratos, esses pobres pretos começam a tributar uma profunda veneração pelo missionário. Tal pregação pode desviar diversos prosélitos entre as inteligências brancas e incultas, estabelecendo, no país, uma seita cuja manifestação é inconvenientíssima. À autoridade compete à verificação deste fato (PEREIRA, 1985, P.325).

1.1.2. Willian Buck Bagby.

Não temos neste trabalho a intenção de nos fixar em nomes, datas ou eventos especificamente traçados dentro da cronologia histórica dos batistas, no entanto, não se faz possível escrever, mesmo que brevemente, um perfil histórico dos batistas no Brasil, sem a menção um pouco mais apurada da participação do missionário americano da Junta de Missões da Convenção Batista do Sul, William Buck Bagby.

William Buck Bagby foi o primeiro missionário enviado no pós-guerra¹⁵ pelos batistas americanos e trabalhou durante um período de 58 anos na implantação e estruturação denominacional dos batistas no Brasil.

Assistiu o momento delicado da transição de um Brasil monárquico para uma república e forneceu as vésperas da proclamação da republica a Aristides Lobo¹⁶ e

¹⁵ Leia-se como Pós-guerra o período imediatamente posterior a Guerra da Secessão dos Estados Unidos da América, ou seja, o período no qual se compreende a fase de reconstrução dos Estados do Sul que foram derrotados e a efetiva instauração da Junta de Missões da Convenção Batista do Sul, também chamada de Junta de Richmond.

ao Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá¹⁷ uma cópia da Constituição dos Estados Unidos sobre a qual conversaram longamente, inclusive tratando pessoalmente de temas como a separação de Igreja e Estado, liberdade religiosa e outras idéias democráticas. (CRABTREE, 1938, p.176).

O resultado desta aproximação se faz clara diante de uma carta do Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá ao missionário Salomão Ginsburg:

O Barão de Tefé e o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, querem uma assinatura de *O Jornal Batista*.

Ontem visitei o grande Ruy Barbosa, e ele recebeu os *Axiomas* e vai lhe escrever já, para agradecer, e começou a lê-los imediatamente.

Também visitei o ex-diretor ao *Jornal do Comércio*, conversando longamente com sua irmã, que declarou que o irmão dela lê muito a Bíblia e está preparando um livro, explicando como nós adquirimos a nossa Bíblia, trabalhando nele noite e dia.

Hoje falei mais ou menos duas horas com o Dr. Fialho, que o senhor conheceu, é um dos ocultistas mais afamados, no presente, no Brasil. Ele está muito interessado e ansioso por receber *O Jornal Batista* com alguns folhetos, especialmente o que o senhor escreveu sobre a questão dos batistas (CRABTREE, 1938, p. 132).

1.1.3. A Igreja Paulistana e Convenção Batista do Estado de São Paulo.

Embora tenha iniciado em Santa Bárbara-SP, o trabalho batista no Brasil teve que percorrer uma vasta quantidade de quilômetros e de tempo para que se estabelecesse um trabalho sólido em São Paulo. O trajeto Santa Bárbara-Salvador, Salvador-Rio de Janeiro, Salvador-Maceió e finalmente São Paulo, aliado ao estabelecimento do tipo de critério nas prioridades dos missionários americanos para a instauração dos campos de missões, fez com que o trabalho batista

¹⁶ Aristides Lobo (1838-1896) advogado, durante a Monarquia, foi Deputado Geral e Promotor Público da Corte. Foi Ministro, no Governo Provisório (1889/1890), Deputado à Constituinte, Senador Federal de 1892/1896. No Governo Republicano, foi Ministro do Interior e Justiça. Dirigiu o jornal: A República e outros.

¹⁷ Joaquim Nogueira Paranaguá (1855 -1926). Médico, político e escritor. Foi deputado federal por três legislaturas, senador da República e vice-governador do Estado do Piauí. Assumiu eventualmente o Governo do Estado por mais de dois meses. Foi membro da Sociedade Brasileira de Geografia e autor de diversos livros e publicações.

chegasse tardiamente ao maior, mais progressista e industrial dos estados do Brasil o que só veio a efetivar-se em julho de 1899 com a organização da Primeira Igreja Batista em São Paulo (OLIVEIRA, 2005, p.276).

A partir da mobilização da Primeira Igreja Batista em São Paulo formaram-se do ano de 1899 a 1904 mais cinco novas igrejas que constituíram a União Batista Paulistana, posteriormente chamada de Convenção Batista do Estado de São Paulo (MESQUITA, 1962, p.190).

A partir de 1950, com a participação mais ativa dos ministros nacionais na direção dos rumos da denominação no país, foi visível a expansão e o desenvolvimento estrutural crescente.

Porém, embora esta participação dos ministros nacionais fosse efetiva e sua liderança reconhecida dentro do grupo, nas igrejas e associações, os missionários norte americanos mantinham o controle administrativo da Convenção Batista do Estado de São Paulo o que causou um profundo desentendimento entre nacionais e norte americanos, beirando a ruptura (Reis, 1979, pag.239).

Este estremecimento de relação perdurou até 1964, quando foi escolhido um secretário não americano para a Convenção Batista do Estado de São Paulo, o Pr. André Peticov, pastor da Igreja Batista Ebenézer, localizada no bairro da Mooca, em São Paulo.

Peticov era um hábil interlocutor entre os nacionais e americanos e teve o tato necessário para transitar entre os dois setores o que trouxe um ganho inegável a todo o processo durante os anos seguintes.

A Convenção Batista do Estado de São Paulo totaliza hoje, após 110 anos de presença em solo paulista, 1142 igrejas organizadas, 438 congregações e mais de 267.000 membros arrolados concentrando na cidade de São Paulo, objeto de nossa pesquisa, 315 igrejas organizadas, 126 congregações e mais de 92.000 membros arrolados¹⁸.

¹⁸ Dados fornecidos pela Diretoria Executiva da Convenção Batista do Estado de São Paulo em Outubro/2009.

1.2. A Cosmovisão Batista

Definir a caracterização de um modelo de organização denominacional, pressupõe se não sempre, pelo menos na maioria das vezes, uma análise detalhada do que poderíamos chamar de princípios desta organização, ou seja, desenhar a partir de um quadro baseado num movimento histórico progressivo constituído de origem, confissões de fé, doutrinas, estruturas de formação eclesiástica, entre outras bases, o cenário desta análise.

Inseridos num cenário maior e ainda mais complexo, o caso particular dos batistas brasileiros, faz com que nos deparemos com uma estrutura antagônica de análise, pois o objeto da pesquisa tem como paradigma de auto-afirmação de sua identidade a total autonomia de suas igrejas, a decisão centrada na boa experimentação dos fiéis, na institucionalização do princípio da fraternidade como elo de união e projeção de objetivos conjuntivos e uma ausência clara de origem plenamente aceita (ELWELL, 1998, vol.III, pág.158).

Com Azevedo (1996, pag.18), a busca de convergências gerais de pensamento e vivência entre os batistas brasileiros ou a tentativa de estabelecer vínculos de ligação direta com os primeiros cristãos como forma de traçar uma linha do tempo para identificar a denominação, gera uma distorção analítica pelo simples fato, de que a formação de uma denominação vai depender simplesmente de sua capacidade em congregar para si valores, no caso, cristãos, que a identifiquem como proprietárias dos mesmos.

Trazendo a análise para este aspecto, buscamos configurar um ideal, onde definimos um conceito de doutrina possível não somente pela documentação cadencial e histórica, mas também, por uma aproximação ideológica resultante de experimentações e vivências num espaço real de interpretação, ou seja, uma linha *real* de tempo definida por um quadro *real* de tempo histórico e sua *real* vivência documentada e o *real* resultado do ponto de vista prático que são as igrejas hoje. Objetivamos então, a conceituação desta identidade a partir de um tempo, uma época.

Os batistas formam uma denominação, que em sua essência tem frutos claros no liberalismo inglês quando se trata do ser como indivíduo de consciência livre, autônomo quanto a suas decisões e responsabilidades espirituais e que não é resultado de um processo onde a razão não se inclui e predomina.

Na livre interpretação das Escrituras Sagradas, regra única de fé e prática, os batistas encerram todas as tentativas de dogmatização sistemática e de estruturação institucional e também recorrem a ela como argumento de autoridade para definição de sua sucessão apostólica como herdeira legítima, baseada na proposição de que as Escrituras Sagradas são a interpretação apostólica de Cristo e Sua vontade revelada.

Embora focada no duo senso da autoridade das Escrituras e a total responsabilidade do indivíduo, o prólogo tão defendido e exposto por Bagby toma lugar privilegiado entre os batistas: a separação entre igreja e Estado.

Este fundamento que deve ser compreendido como o direito da igreja a não interferência do poder estatal no que tange as questões de *forma* na crença foi também, erroneamente interpretado e usado como princípio para a inoperância da igreja diante das questões sociais e de injustiça, gerando um entorpecimento ideológico e de prática, reproduzindo a negação do bem comum em detrimento ao benefício do indivíduo exemplificado pela posição escravagista dos batistas do sul (EUA) e no Brasil pela simpatia dos batistas ao regime militar e a ditadura, além de uma cruzada anticomunista amplamente pregada em pleno solo brasileiro.

1.2.1. Landmarkistas e American Life Way

Numa observação um pouco mais atenta de cartas e comunicações trocadas entre missionários batistas no início do século XIX um caráter um pouco mais radical e ligado em sua essência aos *landmarkistas*¹⁹ que contaminavam os ares da

¹⁹ O Landmarkismo trata-se de um movimento originado entre os batistas norte-americanos, principalmente os sulistas, onde se traçou uma linha do tempo direta entre os batistas e os primeiros

Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos deixou suas reverberações entre os batistas brasileiros como o texto de Z. C. Taylor denuncia:

Os batistas não fizeram parte, nem saíram da igreja romana, ou de outra qualquer, por isso, não são protestantes. Eles têm sua origem em Cristo e sua sucessão separada e independente de toda e qualquer igreja ou sociedade. (TAYLOR, Z.C. apud AZEVEDO. p. 219)

A difusão sistemática destes *princípios*, termo preferencial entre os batistas, gerou, sem dúvida, embora se insista em negar, uma estrutura doutrinária distinta que caracterizou o modelo batista. Declaração de Fé, Princípios Batistas, entre outros, a fuga do termo não foi suficiente para a tentativa de se estabelecer uma unidade ideológica central entre os batistas, o que não se concretizou na observação prática nas igrejas, onde uma ampla gama de matizes se mostram de maneira mais real.

Importante ressaltar os reflexos práticos desta formação ideológica.

Nociva em sua essência, o *landmarkismo* trouxe mais um elemento de diferenciação aos batistas chegados ao Brasil e que interferiu profundamente o pensamento batista brasileiro: A propriedade exclusiva de uma proposta salvífica diferenciada.

Os missionários norte-americanos julgavam ter além de uma proposta de espiritualidade legítima, uma vez que consideravam o catolicismo uma forma deturpada e inócua de cristianismo, o melhor modelo de sociedade e vida, o tão difundido *american life way*.

Retornando a Mendonça (1995, pag. 139) o pensamento batista brasileiro retrata em versão adaptada, o pensamento batista norte americano sulista focando seus princípios não em *linhas gerais orientativas* exaltando a livre consciência e a autonomia do indivíduo, mas, em *fundamentos* que tem em si um amplo caráter doutrinário próprio de todos os outros ramos do protestantismo.

cristãos, legitimando-se então os batistas como únicos e legítimos cristãos, excluindo-se todas as demais tradições cristãs. Este movimento efervescia nos Estados Unidos justamente na época em que os primeiros missionários vieram para o Brasil, a partir daí entende-se seu exclusivismo denominacional (MENDONÇA, 1995. pag. 51).

A ferramenta usada para a consolidação destes *fundamentos* é a autoridade plena das Escrituras com abrangência doutrinária, uma vez que os batistas brasileiros têm despertado tardiamente para a formulação de uma teologia própria.

Concluimos apontando em tópicos uma caracterização resumida da cosmovisão batista em seu sentido teórico abrangente:

- Autoridade das Escrituras Sagradas como regra incontestável de fé e prática e seu livre exame.
- A Separação entre Igreja e Estado, trazendo garantias de Liberdade Religiosa.
- A Livre consciência do indivíduo como proprietário de capacidade de identificar, diagnosticar e optar pela sua vida material e espiritual dentro de um ambiente responsável e liberal.
- A Igreja local como comunidade democrática e autônoma unida fraternalmente a outras da mesma fé e ordem na busca pela preservação da fé e no desenvolvimento de projetos comuns de alcance evangelístico.

1.3. A Práxis Social

Uma vez apresentado uma breve linha sobre a cosmovisão dos batistas brasileiros podemos então apresentar um retrato analítico prático baseado na realidade da igreja local e de sua aplicação destes fundamentos entre os batistas paulistanos que entendemos ser um recorte do quadro geral instituído.

Não é nossa intenção neste projeto de pesquisa fornecer um mapeamento detalhado de todo o perfil batista contemporâneo, mas diagnosticar de maneira breve uma realidade antagônica entre conceito e prática quanto ao que tange a participação e engajamento dos batistas paulistanos quanto às questões de injustiça social, a aplicação de seus princípios doutrinários e o resultado real deste modelo de cosmovisão. (ELWELL, 1998, vol.III, p.158).

Ao refletirmos sobre um grupo que compõe hoje um número próximo a 100.000 membros e 315 igrejas constituídas, entendemos haver uma atividade de acompanhamento, capacitação e divulgação destes princípios, tratando-se de uma organização juridicamente constituída para que o tráfego e migração entre membros destas igrejas filiadas encontrem sempre um ambiente litúrgico-teológico semelhante entre seus pares.

Ou seja, a filiação de uma igreja local a uma Convenção, tem como pressuposto que tanto a igreja ingressante conhece e concorda como os princípios e ambiências comuns, como a Convenção estruturou um processo de avaliação das características locais e de princípios da ingressante para que se possa garantir a todos os associados desta Convenção certa homogeneidade.

No entanto, quando se observa as estruturas locais das igrejas filiadas, mesmo as próximas entre si, localizadas por vezes no mesmo bairro da cidade notamos uma evidente diferença ideológica e por muitas vezes uma descaracterização total do que se consolidou pelo tempo e aplicabilidade como perfil batista.

Podemos definir como perfil batista um modelo semelhante ao que encontramos em outras denominações evangélicas de mesma origem, como presbiterianos, metodistas e congregacionais, no entanto, na avaliação in loco o que observa é uma grande evasão deste modelo em detrimento, principalmente, da adoção por um grande número de igrejas locais a modelos pentecostais e neo-pentecostais de liturgia e teologia.

Entendemos que tratamos aqui de um universo de 315 igrejas na cidade de São Paulo regularmente constituídas, podemos resumir esta classificação quanto ao modelo adotado por uma igreja local filiada a Convenção Batista do Estado de São Paulo deste modo:

- 38 igrejas adotam o modelo batista chamado tradicional – coerência na estrutura litúrgica e teológica.
- 106 igrejas adotam o modelo batista com pequenas variações na liturgia – coerência na estrutura teológica e contextualização da liturgia em função do perfil dos freqüentantes e membros.

- 114 igrejas adotam um modelo com fortes influências, práticas e liturgias pentecostais – nenhuma associação como o modelo, ou seja, nenhuma identificação de grupo.
- 57 igrejas adotam um modelo com fortes influências, práticas e liturgias neo-pentecostais – nenhuma associação como o modelo, ou seja, nenhuma identificação de grupo e ainda aplicação de práticas condenadas oficialmente pela denominação.

Esta é uma demonstração clara de uma distorção do ponto de vista aplicativo onde se evidencia que a cosmovisão foi perdida não só com o passar do tempo como também, pela ausência de uma estrutura organizacional que não consegue acompanhar o desenvolvimento de seu próprio público fornecendo ferramentas de suporte para a mediação para uma contextualização necessária e periódica.

No entanto, não é o objeto desta pesquisa a análise litúrgico-teológica dos batistas paulistanos, mas, sua práxis social, ou seja, sua conscientização, seu engajamento e capacidade de realização no que tange as intervenções sociais necessárias diante da problemática que se agiganta a cada dia na cidade de São Paulo.

O quadro de conscientização quanto ao papel de agente social da igreja na comunidade local ainda não é amplamente entendido uma vez que praticamente 39% dos líderes locais declaram que vêem na ação social uma forma de evangelização, ou seja, os projetos sociais são para estas igrejas, ferramentas de evangelização.

A compreensão da extensão das injustiças sociais e do papel da igreja diante delas ainda é pouco discutido de maneira institucional e as ações especificamente desenvolvidas através da Convenção, não criam uma possibilidade de discussão dos processos e se limitam aos sintomas emergenciais.

Observemos o exemplo, das entidades educacionais batistas.

Temos hoje em atividade 38 escolas batistas na cidade de São Paulo, ligadas a igrejas locais e, portanto isenta de impostos, entretanto, nenhuma delas oferece educação gratuita ou um sistema de apoio à comunidade carente local com total gratuidade. Em 12 destas escolas batistas existia um sistema de apoio em forma de bolsas de estudo, ocupadas em sua maioria por filhos de pastores ou membros da

igreja. Ou seja, são escolas fundadas para atender um público restrito e sem cunho social.

No entanto, observamos um devotamento claro quanto ao envolvimento denominacional com as entidades assistenciais que têm uma tradição de relacionamento com as igrejas locais como é o caso do Lar Batista.

Entidade fundada em 1941, por missionários norte-americanos e igrejas batistas ligadas à Convenção Batista do Estado de São Paulo, abriga hoje em suas 10 unidades, mais de 1.100 crianças e adolescentes e é citada em 69% das respostas espontâneas quanto ao conhecimento de algum projeto social da denominação batista e em 56% das respostas quanto à doação voluntária em forma de trabalho ou recurso financeiro. Do mesmo modo, o Pró Viver um projeto social com 17 anos que atende diariamente a mais de 700 crianças em projetos de inclusão digital, música, reforço escolar, etc., e a 550 famílias em projetos de geração de renda e cidadania, apoiado por empresas como Petrobrás, SENAI e Fundação Telefônica, entidade reconhecida pela UNESCO e ABRINC correspondeu a 4,5% das respostas espontâneas quanto ao conhecimento de algum projeto social da denominação batista e em menos de 2% das respostas quanto à doação voluntária em forma de trabalho ou recurso financeiro.

Presumimos então, que o resultado mercadológico na comunidade batista quanto à ação social é ligado diretamente à tradição e ao vínculo que gera a confiança no trabalho realizado.

É evidente também, que ações que têm caráter paterno-assistencialista e que envolvem forte apelo emocional têm alcançado mais êxito quanto à obtenção de recursos e voluntariado do povo batista do que as de caráter pedagógico e de cidadania e este, não é um patrimônio exclusivo dos batistas.

Posicionar então, ações e respostas espontâneas como o quadro geral de um panorama de 315 igrejas analisadas poderia retratar um resultado distorcido e incoerente com o objeto pesquisado, sendo assim, registrar o volume de mobilizações isoladas e efetivas de projetos regulares e eventuais, nos centros e nas periferias da cidade poderão criar um referencial para a compreensão de como se realizam, e com que fim, os projetos de assistência e intervenção social entre os batistas paulistanos.

Segundo declaração voluntária não documentada nas próprias igrejas os batistas paulistanos concentram hoje os seguintes movimentos em projetos sociais:

- Distribuição de 3.780 cestas básicas mensais.
- 984 programas de atividades esportivas anuais regulares e de férias
- 637 programas de recreação infantil em período de férias.
- 198 programas de reforço escolar e ensino gratuito de língua estrangeira.
- 39 organizações sociais (ONGs) em atividade integral.
- 01 policlínica médica
- 14 projetos de saúde bucal.
- 39 projetos de educação ambiental e reciclagem.
- 21 projetos de geração de renda e cidadania.
- 67 programas envolvendo artes e atividades lúdicas.

É importante observar, que ao projetarmos em números a atividade batista quanto à ação social, fica evidenciado que existe uma forte manifestação quanto aos sintomas da problemática social ao constatarmos a existência hoje de aproximadamente 2.000 projetos sociais batistas em atividade na cidade de São Paulo.

No entanto, a desarticulação quanto ao desenvolvimento de um projeto conjunto e estruturado que abranja tanto as necessidades locais como também criem experiências conjuntas, teriam os batistas paulistanos um ganho muito mais efetivo em exposição e capacidade de realização.

Porém, nos parece que o impeditivo central quanto a esta capacidade de exposição e articulação e a evidenciação de uma tendência ao desenvolvimento de processos individuais de ação social está sustentada justamente em um dos princípios estruturais da cosmovisão batista que é a autonomia da igreja local.

Este pressuposto nos leva a compreender a incapacidade da Convenção Batista do Estado de São Paulo em sustentar uma Instituição de caráter autônomo, porém com desejos e necessidades de congregação de valores e ações.

Sendo assim, é necessário escrever um novo capítulo na história dos batistas paulistanos redesenhando um modelo fraterno, organizado e articulado não só quanto à efetividade das ações, mas principalmente quanto à forma de ler e compreender a problemática social.

CAPÍTULO II – A QUESTÃO SOCIAL

2.1. A constituição da questão social: formas e mecanismos de atuação social

Este capítulo busca introduzir uma reflexão sobre a constituição da questão social tendo como parâmetro as relações estruturais da nossa sociedade que tem o capitalismo como sistema de produção.

Após apresentarmos a constituição da questão social, como elemento socialmente e historicamente produzido, analisaremos a mesma dentro do contexto social que nos é contemporâneo com o intuito de identificar as novas implicações trazidas pelo movimento conjuntural da organização do capitalismo.

Para tanto será necessário apresentar um olhar crítico sobre o papel do Estado e da sociedade civil, buscando destacar as relações existentes entre estas esferas sociais, para então entendermos as diferentes formas de intervenção quanto à questão social, que podem apresentar-se como propostas de ações pontuais e emergenciais ou como promoção de políticas públicas de seguridade social que vislumbram os mínimos sociais como um direito universal.

Esta se faz então, como a discussão que precede o debate sobre o conceito de Estado Ampliado trazido por Antonio Gramsci, que nos permitirá propor uma discussão sobre a ampliação dos espaços públicos, para então refletirmos sobre o espaço da Igreja Batista Paulistana neste contexto.

Colocar a questão social em debate implica necessariamente remeter-se à constituição da mesma. A promoção de um diálogo, entre questão social e constituição da questão social, torna-se significativa e funcional a partir de uma análise que tenha como pressuposto a formação da nossa realidade concreta em suas dimensões políticas, econômicas e sociais.

Deste modo, a categoria “questão social” nos leva à análise estrutural e conjuntural de nossa sociedade respectivamente, uma vez que a negação desta análise nos remete a uma alienação²⁰ da nossa própria realidade.

Segundo PASTORINI (2004), a gênese da “questão social” encontra-se na forma como os homens organizam seus meios de produções materiais e no desdobramento trazido quanto à apropriação da riqueza e do conhecimento socialmente produzido. Assim as manifestações da questão social²¹ podem ser entendidas como decorrentes das contradições²² inerentes ao sistema de produção capitalista.

A questão da justiça social torna-se, neste contexto, elemento polêmico, posto longe de uma possibilidade de consenso, em relação ao seu aspecto conceitual, pois se vê dotado de paradoxo, uma vez que numa sociedade classista e desigual, a noção de justiça se insere a partir de pontos de vistas diferentes (capital x trabalho), porém sob um mesmo objeto (riqueza socialmente produzida). Assim a dualidade de entendimento da questão social e o a noção de justiça e igualdade, resultam em diferentes formas de enfrentamento das manifestações da questão social.

Pela lógica do capital, as manifestações da questão social podem ser entendidas como fatos sociais²³, que têm um caráter passageiro e encontra sua solução em esforços individuais. Esta perspectiva parte do pressuposto da lógica da ascensão social através do princípio de acúmulo de capital, ou seja, cada indivíduo é livre e tem igualdade de direitos perante a lei para promover sua ascensão social.

²⁰ A palavra alienação aqui toma o sentido de se por alheio ao tipo de produção material que define a realidade concreta de nossa sociedade, ou seja, sua estrutura.

²¹ O termo “Manifestações da questão social” será utilizado ao longo deste texto se referindo à forma concreta em que a questão social apresenta-se na vida cotidiana (questão da moradia, do emprego, da violência etc).

²² Quanto às contradições do sistema capitalista, entende-se, neste contexto - ainda que de forma simplista e imediata, pois este termo merece um maior aprofundamento - que um sistema capaz de potencializar a produção de riqueza, infinitas tecnologias e conhecimento necessário para o desenvolvimento, cada vez melhor, de qualidade de vida para o ser humano, é, na mesma proporção, capaz de produzir a miséria e as formas mais perversas de subvida, tendo o processo de produção de miséria como um dos elementos necessários para a produção da riqueza.

²³ Conceito desenvolvido por Durkheim na formulação da concepção positivista de entendimento e explicação da sociedade capitalista. O conceito de fato social traz a noção de algo passageiro que pode ser remediado sem que se altere a estrutura do sistema de produção capitalista. Esta teoria embora tenha a sociedade como objeto de pesquisa, utiliza-se de métodos de estudos pautados nas áreas exatas e biológicas para entender e explicar a realidade social (LAKATOS, 1990, p.46). Neste sentido, substitui o entendimento das manifestações das questões sociais enquanto contradições do sistema capitalista, para adotar a idéia de desajuste social, algo momentâneo que não é inerente ao próprio sistema, mas aos indivíduos e que, portanto, exige ações pontuais.

O entendimento da questão social como um fenômeno passageiro em que sua superação depende de esforços individuais, desconsidera o conceito de igualdade do ponto de vista de “igualdade de condições materiais”, ou seja, as condições de acúmulo de capital de um trabalhador sempre foram, desde o capitalismo industrial, quase inexistentes²⁴, do ponto de vista prático e efetivo. Desconsiderar este fato possibilita justificar a questão social, responsabilizar os indivíduos e propor ações pontuais para amenizá-la.

Por outro lado, a questão social entendida, enquanto produção histórica e social desloca o foco de atenção do indivíduo e o transfere para os entraves produzidos pelo sistema capitalista, a partir do entendimento de uma sociedade que tem uma formação econômica social por natureza excludente, deslocando desta forma a análise da questão social do âmbito individual para o social/estrutural.

(...) do ponto de vista histórico, no capitalismo a ‘questão social’ vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho, ou seja, a ‘questão social’ apresenta-se, desde as suas primeiras manifestações, estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilidade da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social. A industrialização, violenta e crescente, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material... e por isso ela [*a questão social*] deve ser pensada tendo em consideração os processos estruturais (...) (PASTORINI, 2004, p.110, *grifo nosso*).

2.2. A questão social dentro do contexto das mudanças sociais contemporâneas

A questão social produzida pelas contradições do sistema capitalista, apesar de ter sua gênese na questão estrutural da sociedade, apresenta-se, através de suas manifestações, de diferentes modos de acordo de acordo com o movimento

²⁴ E relevante ressaltar que a discussão aqui colocada tem uma intenção conceitual e que por tanto se localiza muito antes da discussão da complexidade e entraves presentes da vida cotidiana, quando toda esta questão teórica aqui discutida, assume sua forma prática e coloca em pauta debates sobre outros problemas, que são, no entanto, frutos da reprodução desta lógica (do capital), porém em diferentes contextos. Portanto esta forma de apresentação de conceitos, tem um caráter didático.

conjuntural da sociedade, compreendendo o processo sócio, político, econômico e cultural²⁵.

As mudanças ocorridas no mundo contemporâneo trazem novas configurações no que se refere à organização do capital. A formação de grandes oligopólios dentro de uma economia globalizada inaugura a idéia de descentralização da produção em empresas independentes, por meio de terceirização, prestações de serviços, evolução dos processos de informatização e de automação, etc.

Vê-se a consolidação de um referencial de uma sociedade da informação e do conhecimento, onde além da valorização do conhecimento é necessário ser eficiente no uso do mesmo

Deste modo, as mudanças no mundo do trabalho instauram novos conceitos de trabalho e de trabalhador, trazendo uma “nova” demanda quanto à questão social, ou pelo menos uma nova configuração da mesma.

Se por um lado há um grande desenvolvimento tecnológico que traz avanços significativos para a sociedade que podem servir inclusive nas áreas da saúde educação, segurança etc.²⁶; por outro, no mundo do trabalho vive-se os processos de descentralização da produção e a inserção da automação e da informatização dos processos produtivos, que tem provocado o desemprego estrutural e seus diversos desdobramentos como: o trabalho eventual²⁷, a prestação de serviços²⁸, a terceirização de serviços²⁹, o trabalho informal³⁰.

²⁵ A idéia de processualidade possibilita a reflexão sobre a questão social na contemporaneidade, compreendendo as continuidades e as rupturas diante das transformações societárias.

²⁶ No que se refere às grandes tecnologias voltadas para o uso social, é importante lembrar que na maioria das vezes o acesso por parte da população pobre é pouco e em muitas vezes inexistente. Vê-se aí mais uma contradição do sistema capitalista, capaz, por exemplo, de promover a criação de tratamentos eficazes para as doenças mais graves, enquanto muitas pessoas morrem de doenças consideradas, hoje, de simples tratamento.

²⁷ Este tipo de trabalho tem como característica sua temporalidade e sua incidência dependem do aumento de demanda de um determinado produto ou setor;

²⁸ A prestação de serviços – a prestação de serviço possa representar mais uma forma de demanda de trabalho, a mesma traz seu impacto para a questão social, uma vez que, organizar-se enquanto prestador de serviço exige autonomia, conhecimento, capacidade para investimento em seu conhecimento e inserção na dinâmica do mercado, requisitos pouco presente no “trabalhador tradicional”, requisitos que acabam sendo preenchidos através da empresas terceirizadas.

²⁹ Junto com a queda do padrão de estoque, onde as empresas mantinham grandes estoques de seus produtos, surge à descentralização do trabalho, ou seja, o serviço é terceirizado através de outras empresas. O serviço terceirizado para ser lucrativo às grandes empresas que o contrata, pois deve ser qualificado e de baixo custo, o que incide na criação de postos de serviços com baixos salários.

Ao pensarmos nas múltiplas formas como o trabalho está organizado hoje, nos deparamos com os impactos decorrentes para a questão social, fundamentalmente pelo desemprego estrutural, que além de agravar o quadro da miséria, tem produzido segundo PASTORINI (2004) uma “nova pobreza” decorrente do empobrecimento da classe média, que até então ocupava seus postos de trabalhos, e que agora se vê incapaz de suprir a demanda por um novo perfil de trabalhador, até por que o perfil até então lhe requisitado era extremamente oposto ao “novo” perfil em pauta. O trabalhador que era “exaltado” por ser um especialista naquilo que fazia, agora deve ser “multifuncional”, acumulando várias áreas do saber e sabendo fazer uso destas informações em diferentes situações.

[...] por um lado verifica-se uma transformação quantitativa dos trabalhadores inseridos em determinados ramos da produção [...] percebe-se uma importante diminuição no número absoluto de trabalhadores contratados no setor industrial e uma ampliação quantitativa do emprego do setor terciário; mas, por outro, constatam-se alterações qualitativas na forma de realizar o trabalho, relacionadas com a desespecialização dos operários ‘tradicionais’ e a criação de trabalhadores polifuncionais[...] (PASTORINI, 2004, p.33).

Estas transformações na reorganização produtiva trazem mudanças também com relação às formas de organização da classe trabalhadora na garantia de seus direitos, pois ao promover a flexibilização do trabalho, traz a fragmentação dos trabalhadores enquanto classe social ao deslocar o trabalhador de seu espaço físico com o advento da descentralização do trabalho, pulverizando o sentimento de pertencimento de uma determinada classe.

Desta maneira promove uma ideologia de parceria com a empresa, ideologia esta que se dá na medida em que se quebram os vínculos empregatícios e se inaugura a idéia de prestação de serviço, deslocando, ilusoriamente, o proletário de seu “lugar” tradicional para a condição de “igual”;

Neste cenário, como salienta GUSMÃO, frente às novas concepções de trabalho e à crise do emprego as organizações sindicais se mostram sem

³⁰ Contraditoriamente a todo este cenário, o trabalho informal, que tem sido uma alternativa na crise do trabalho, mas que não está incluso na rede de arrecadação de impostos, é caracterizado como ilegal. Este tipo de trabalho tem se expandido em múltiplas formas, até então inimagináveis

alternativas de atuação e enfrentam a necessidade de encontrar novas formas de organização³¹.

No Brasil, os sindicatos têm sido chamados a atuar em parceria com as administrações. A participação dos empregados é estimulada nos círculos de qualidade, nos comitês de trabalho, nos programas de desenvolvimento funcional etc. Neste contexto de reestruturação produtiva em que o individualismo competitivo é demandado como valor, a prática da união entre trabalhadores parece impossível e o operariado abre mão da solidariedade intrínseca à sua organização em nome da solidariedade com o empresário tendo em vista sua sobrevivência (2000, p. 96).

2.3. A redefinição do papel do Estado: novas conjunturas e implicações no trato da questão social

Com a nova organização do capital, a crise do desemprego estrutural, a perda de identidade dos trabalhadores, o empobrecimento da classe média, o agravamento da miséria, ou seja, diante da “nova” configuração da questão social, há um processo de perda de direitos, não apenas trabalhista, como de políticas públicas. Diante da realidade do desemprego estrutural e das manifestações da questão social, o papel do Estado tem ocupado espaço central no debate de diversos pensadores e estudiosos.

Para ROSAVALLON (1981) há um esgotamento do modelo de proteção social, uma vez que os velhos métodos de gestão do Estado não se enquadram à nova realidade social. Ainda a respeito do papel do Estado, CASTEL (1998) enfatiza que o grande risco da contemporaneidade está na desestabilização dos trabalhadores estáveis como fator de aumento da vulnerabilidade social. Tanto para Rosavallon como para Castel, o problema da questão social, hoje, não se encontra

³¹ A este respeito BOFF (1997) pondera que a organização popular, deve fazer frente a um novo projeto de sociedade capaz de fazer frente ao projeto neoliberal e que, portanto, não deve ser pensado num projeto para o Brasil, mas para o mundo, ampliando por um lado o desafio e por outro a possibilidade de parceiros. Nesta possibilidade, que Boff chama de face positiva da mundialização, reside o início de uma queda das lutas corporativistas e uma ampliação da busca de melhores condições de vida para a humanidade. Esta é uma situação potencial de contradição gerida pelo próprio sistema capitalista, é e justamente nas contradições que se encontra a possibilidade de mudança.

historicamente na constituição da mesma, mas diz respeito a uma questão estritamente conjuntural, que se refere unicamente ao processo irreversível e inevitável da inovação tecnológica (PASTORINI, 2004).

Dentro desta lógica, a questão se insere na rediscussão do papel do Estado, onde as formas de regulação social, presentes no Brasil nos anos 30, bem como o princípio do Estado de Bem Estar Social (Welfare State)³², modelo utilizado pelos os países centrais, se mostram ultrapassadas e ineficientes para amparar as demandas da atualidade. Nesta perspectiva, estudiosos como Rosavallon e Castel, discutem novos papéis do Estado, onde o Estado-Providência, característico por assegurar direitos iguais a todos os cidadãos, cede lugar a outros modelos:

- Estado-estrategista, que tem como tarefa a manutenção da coesão social, intervindo estrategicamente com políticas reparadoras e preventivas diretas às populações mais pobres;
- Estado-providência-ativo, que considera as políticas universais ultrapassadas, colocando como papel central do Estado a prestação de serviços, baseado em ajudas diferenciadas, solidárias e individuais.
- Estado-inteligente que se coloca como proposta diferenciada tanto do Welfare States como do Estado Mínimo, tendo como diferencial um gerenciamento que permite desenvolver funções estratégicas para a sociedade através da parceria entre Estado, Sociedade Civil e Mercado;

Estas propostas de intervenção do Estado quanto à questão social, tem como finalidade amenizar a problemática social posta pela nova configuração do capital, sem, no entanto, discutir a questão estrutural. São propostas que tentam conciliar os conflitos que se instauram entre o desenvolvimento econômico/financeiro e a crescente questão social.

Nas propostas do Estado-providência-ativo e do Estado-estrategista, o Estado toma um papel assistencial voltado para ações pontuais direcionadas para o fenômeno da pobreza em si e não se amplia à discussão para o processo de criação da pobreza.

³² Na Teoria de Keynes (1849-1934), o desemprego ou subemprego, seria resultado da demanda insuficiente por bens e serviços na economia e que o grande responsável por essa pequena demanda seria o entesouramento, para resolver essa questão seria preciso dotar o Estado de políticas econômicas eficazes e responsabilizá-lo por estas ações.

Esta tendência de configuração do Estado, chamada de neoliberalismo, faz uma alusão ao liberalismo clássico próprio do capitalismo industrial, onde a idéia de acúmulo de capital era tão frenética que fora chamada de capitalismo selvagem.

A desconstrução da idéia de acúmulo exarcebado de capital veio, ao longo do tempo, sendo colocada em discussão sob as forças das contradições produzidas pelo próprio capitalismo, que resultara na crise em que a produção passa a superar o consumo. Para solucionar esta crise começa a se rediscutir o papel do Estado, onde os países centrais passam a adotar o modelo do Estado de Bem Estar Social (*Well Fare State*) que se caracteriza por ser forte e presente no que tange aos serviços sociais e à criação de empregos³³.

Com a reorganização do capitalismo em oligopólios e o processo de globalização da economia, se desconstrói as idéias do pacto Keynesiano e novamente se vê o distanciamento entre as classes sociais, onde há um acúmulo, cada vez maior, de capital e, contraditoriamente, o agravamento da pobreza.

A concepção de Estado enquanto pacto social³⁴ sofre uma inversão de valores, em que o papel do Estado passa a ser mínimo quanto às políticas públicas, porém quanto à política econômica, mostra-se forte no sentido de procurar articular medidas cada vez mais eficazes de garantir o crescimento econômico.

[...] o *fundo público* é representado por subsídios e auxílios públicos que são constitutivos do próprio capitalismo. De um lado o *fundo público* auxilia o funcionamento da acumulação do capital e, do outro, financia a reprodução da força de trabalho. O que é novo é que tais subsídios não

³³ A teoria do pleno emprego criada por Keynes, buscava uma solução para a crise do excesso de produção e da escassez do consumo, por meio da idéia da criação e valorização de postos de empregos, fazendo com que o trabalhador se tornasse um consumidor em potencial, garantindo assim o ciclo necessário para sobrevivência do sistema capitalista – produção/consumo/produção.

³⁴ A idéia de contrato social é desenvolvida, principalmente, Rosseau e Hobbes. Na teoria de Hobbes os indivíduos viviam isolados e em luta permanente, onde reinava o medo, principalmente o medo da morte violenta, como resposta a este medo, os indivíduos armaram-se e cercaram as terras que ocupavam, porém esta solução não fora suficiente a medida que sempre haverá um mais forte que vencerá o mais fraco e ocupará as terras cercadas, assim a garantia da vida e o reconhecimento das posses só aparece com a passagem deste Estado, chamado de Estado de Natureza, para o Estado Civil, com a criação do poder político e das leis. Em Rosseau, no Estado de felicidade original, os indivíduos vivem isolados pelas florestas, sobrevivendo do que a natureza oferece e desconhecendo a luta (o homem é bom por natureza), quando um indivíduo cerca um terreno e diz “é meu”, nasce a idéia de propriedade privada, e nesta divisão entre o teu e o meu se dá a origem do Estado de Sociedade (que equivale ao Estado de Natureza da concepção de Hobbes), para superar este Estado e passar ao Estado Civil, cria-se um contrato social, onde a posse dos bens, riquezas e armas é transferida para um terceiro, o soberano. A criação da soberania, traz a idéia do poder político e das leis (CHAUI, 2001, p. 399 et. al).

ocorrem pós-necessidade de reprodução de cada capital particular e das condições de vida. Existe 'em abstrato' antes de existir de fato. Na verdade, 'a formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, que o torna um componente estrutural insubstituível [...]' (OLIVEIRA *in* RICO, 1998, p.30).

Segundo RICO (1998), a grande crise que o Estado enfrenta encontra-se no fato que a crescente internacionalização produtiva e financeira do capital, retirou parte dos ganhos fiscais referentes ao investimento e à renda articulada e financiada pelo fundo público, porém deixou ao seu encargo a continuação da articulação e financiamento da reprodução do capital e da força de trabalho e com isto o Estado tem minimizado seu investimento em recursos locais e territoriais no que se refere ao enfrentamento da pobreza.

Diante desta nova configuração do capitalismo, vê-se uma crescente tendência na inserção do conceito do Estado-Inteligente.

Este contexto, chamado de neoliberal explica-se pelo fato de ressuscitar o liberalismo econômico, onde o Estado tem papel diminuído, enxuto, para enfrentar os dilemas das questões sociais postas e, portanto, necessita das parcerias com o mercado e com a sociedade civil para viabilizar programas de enfrentamento à exclusão social (RICO, 1998, p.30).

Neste sentido a rediscussão do papel do Estado, traz necessariamente a rediscussão do papel da Sociedade Civil. A proposta do Estado-inteligente surge mediante a contradição entre o avanço da questão econômica e o agravamento da questão social, instaurando, assim, uma crise política caracterizada pela ineficiência do Estado em gerenciar as demandas resultantes do impasse da questão econômica x social. Neste sentido se coloca *in loco* o redimensionamento da intervenção social como encargo da Sociedade Civil, um projeto da política neoliberal.

Esta concepção de Estado insere a idéia da organização social em três setores, onde no primeiro setor encontra-se o Estado, responsável pelas questões políticas; no segundo setor encontra-se o Mercado, responsável pelas questões econômicas e no terceiro setor encontra-se a Sociedade Civil, responsável pelas questões sociais. Neste sentido, o Estado representa a esfera pública, o Mercado representa a esfera privada e a Sociedade Civil, aqui chamada de terceiro setor,

representa uma esfera privada sem fins lucrativos com espaço público, porém não estatal³⁵.

Deste modo, a participação da Sociedade Civil não tem como fim o controle social³⁶, mas representa uma proposta neoliberal para solucionar o impasse quanto ao papel do Estado.

É relevante salientar que as discussões a respeito do chamado terceiro setor, bem como sobre a relação entre Sociedade Civil e Estado, tem feito parte da trajetória dos movimentos populares no Brasil. No entanto estas discussões sempre tiveram a finalidade de encontrar canais de participação popular na sociedade política.

Assim, a participação da Sociedade Civil proposta através dos movimentos populares, fóruns, conselhos, organizações do terceiro setor etc., representam formas de organizações que a população vem desenvolvendo desde as lutas pela abertura política, passando pelas discussões que permearam a Constituição Federal de 1988. Neste percurso as idéias de autonomia e de gestão (autogestão) de políticas sociais foram, gradativamente, ganhando força e marcando, desta forma, um amadurecimento dos movimentos sociais, ao passarem de uma postura de pura reivindicação para uma postura mais propositiva (GOHN, 1995, p. 76).

Diante da conjuntura atual, o projeto neoliberal tem se apropriado de conceitos próprios das organizações populares, como um mecanismo para solucionar o impasse gerado entre a economia e o social. Desta forma, as idéias de participação, autonomia, solidariedade, autogestão etc., que até então faziam parte do repertório das organizações da Sociedade Civil, têm se tornado um *slogan* da chamada sociedade moderna. No entanto estes conceitos assumem novas intenções como de parceria, voluntariado, ajuda mútua, solidariedade individual e local, enfatizando assim, um apelo moral³⁷.

³⁵ Esta forma de pensar a organização social traz implícito, no aspecto conceitual, uma idéia estruturalista e funcionalista de neutralidade, ou seja, de que os setores podem ser geridos de forma independente, como se as questões econômicas, políticas e sociais não estivessem interligadas.

³⁶ Entende-se por controle social a participação da Sociedade Civil no sentido de propor e implementar políticas públicas.

³⁷ Segundo GUSMÃO (2000), o conceito solidariedade apoiada num apelo moral, remete a idéia de temporalidade, uma vez que a moral se constitui dentro de um determinado tempo e espaço, e, portanto, se transforma de acordo com o movimento histórico; enquanto que os direitos podem ser entendidos dentro de uma perspectiva ética que, independente do tempo e do espaço, não muda em sua essência que está sempre vinculada à não violência e à não opressão.

A apropriação destas idéias pelo projeto neoliberal cria um *fetiche*³⁸ de harmonia social ao mesmo tempo em que encontra uma forma de substituir a falta de políticas sociais face à atual conjuntura política³⁹.

Após décadas de benefícios transferidos para empresas privadas, através de subsídios e facilidades jurídico-econômicas, apela-se para políticas privatistas, indiscriminadamente apontadas como a solução para a crise fiscal do Estado brasileiro. Acelera-se um processo de desmonte da atuação estatal em áreas sociais [...] Os governos constituídos mudam seus discursos e práticas. Os grupos organizados deixam de ser vistos como opositores. Passam a ser conclamados de parceiros. Parceria com a comunidade será a nova técnica de órgãos públicos (GOHN, 1991, p.12)

É neste sentido que a discussão a respeito do terceiro setor deve ser contextualizada, apreendendo suas relações com a questão política e econômica no Brasil e no mundo. Segundo MONTANO (2003), é possível identificar no projeto neoliberal para o terceiro setor, uma promoção de parceria entre Estado e Sociedade Civil, por meio de uma proposta supra classista de lidar com a questão social, retirando a responsabilidade do Estado quanto à mesma e desconsiderando as correlações de forças presentes na sociedade.

Neste contexto a questão social passa a ser enfrentada por ações assistencialistas e pontuais por meio de ações voluntárias, empresas cidadãs, ajuda mútua etc., enfraquecendo a idéia de direitos e, conseqüentemente, de criação e implementação de políticas sociais. Vê-se aí uma crise conceitual quanto ao exercício da cidadania.

Na perspectiva neoliberal de reforma do Estado, a solidariedade da sociedade civil é fundamental, pois graças a ela, o Estado e o governo podem livrar-se das pressões e do ônus de agirem historicamente de forma deficiente no espaço gigantesco das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que seus compromissos se estreitam cada vez mais com os da acumulação. (GUSMÃO, 2000, p. 108).

³⁸ “A ação humana e as condições sociais em que ela se realiza assumem a aparência de uma *fatalidade*. A mercadoria não é vista como expressão de um trabalho humano concreto. Sua verdadeira significação é ocultada sob uma forma destinada a impedir que os homens vejam na economia uma realidade que eles criaram e podem sempre modificar. Essa forma constitui aquilo que Marx chamou de o *fetichismo da mercadoria*.” (KONDER, 1981, p.152)

³⁹ A tendência de organização do terceiro setor, como esfera responsável pela questão social, é mundial, uma vez que o processo de globalização da economia e de reestruturação produtiva também se dá em escala mundial, colocando assim a necessidade do redimensionamento do Estado. E é neste sentido que tal organização identifica-se como um projeto neoliberal.

A forma como as idéias de parcerias entre primeiro, segundo e terceiro setor, vem sendo apresentada, desloca a Sociedade Civil enquanto sujeito histórico e protagonista da sociedade. A idéia de responsabilidade social apresenta-se com um caráter apelativo puramente solidário, como se a questão social fosse algo a parte do contexto social e sua gênese histórica e de cunho individual.

Desta forma colocam as chamadas empresas cidadãs, socialmente responsáveis, e o voluntariado como fazedores de ações nobres. Neste sentido as ações sociais “patrocinadas” pelo mercado, através da campanha de solidariedade social se transformam em marketing social, que revertem em incentivos e lucratividade para os mesmos.

2.4. Sociedade Civil em Gramsci: uma esfera privilegiada na consolidação da hegemonia.

Para além da “mercantilização” da pobreza, o problema maior reside no fato de que ao tratar a questão social a partir da idéia de solidariedade e ajuda mútua, desloca a mesma da esfera política, inserindo-a na esfera da moralidade. Esta forma moral de entender a questão social desconsidera sua gênese a partir das desigualdades sociais, provocada pela sociedade capitalista, e propõe um modelo de intervenção a partir das manifestações da questão social, onde a Sociedade Civil passa a ser elemento central no intuito de reunir esforços para amenizar os problemas sociais, criando um *fetich*e de uma sociedade homogenia.

Este *fetich*e de sociedade supra classista, traz a necessidade de uma rediscussão da Sociedade Civil, que possa fazer um contraponto no sentido de colocá-la “novamente⁴⁰” enquanto ator social.

⁴⁰ O uso das aspas no termo novamente é proposital no sentido de que a idéia de parceria aqui discutida se coloca na forma de ideologia e como tal não é plena no sentido efetivo, uma vez que do ponto de vista da sociedade civil propriamente dita, há contradições e discussões que se mostram ativas no contraponto desta forma de solucionar a questão social.

A expressão “sociedade civil” traz uma grande diversidade de significados que variam de acordo com o contexto histórico, com as posições teóricas e com as formas de autoridade política colocadas.

Conceituar a categoria Sociedade Civil é algo complexo e abrangente, pois seu entendimento sempre vem atrelado a diferentes projetos políticos societários, portanto nenhuma conceituação pode ser considerada neutra, antes está repleta de intencionalidade, pois toda definição conceitual está intrínseca a um momento histórico, local e político e as ações que se dão a partir desta conceituação são coerentes à mesma.

O conceito de sociedade civil como espaço homogêneo, expressa uma visão neoliberal, onde a mesma é considerada passiva e que não se contrapõe ao Estado e ao capitalismo, pois é entendida como um complemento, e, muitas vezes, principalmente quanto ao lidar com as manifestações da questão social, um substituto para o Estado. Neste sentido as contradições sociais cedem lugar ao consenso e à responsabilidade social, onde as organizações sem fins lucrativos, organizações não governamentais, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas devem se responsabilizar pela promoção do bem estar social, como uma estratégia substitutiva dos serviços públicos.

Segundo DURIGUETTO (2005), no contraponto da concepção de Sociedade Civil como esfera em que se desenvolvem estratégias de convivência com o Estado, legitimando a desresponsabilização deste quanto às políticas públicas sociais, podemos citar o entendimento da Sociedade Civil onde são pensadas intervenções para construção de um estado democrático e de direito.

Para aprofundar esta discussão, o pensamento de Gramsci, apresenta subsídios interessantes no sentido de pensar a Sociedade Civil como esfera de suma importância na sociedade e que está intrínseca, e não alheia, no processo político da sociedade. Seu pensamento vem rediscutir o conceito de Sociedade Civil, contextualizada à nova dimensão da vida social, os institutos políticos da democracia moderna e complexificação das esferas culturais e ideológicas.

Para Gramsci a hegemonia de pensamento ideológico só se realiza na esfera da Sociedade Civil. Desta forma a Sociedade Civil não é entendida como elemento passivo em relação ao Estado, antes é uma esfera de mediação entre a infra-

estrutura econômica e o Estado, ou seja, apenas através da construção de uma estrutura conceitual no âmbito da Sociedade Civil que se pode consolidar o Estado. Assim as relações de poder só podem ser alteradas através de uma guerra de posições ideológicas construídas de forma gradual e processual no âmbito da Sociedade Civil, ou seja, a consolidação de um novo Estado só se dá pela construção de fundamentos sociais hegemônicos.

Desta forma, sociedade Civil para Gramsci é o local onde se dá a elaboração e a difusão das ideologias. Este local é materializado através do sistema escolar, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos políticos, das organizações profissionais, dos portadores da cultura (jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

A Sociedade Civil, através destes organismos sociais, é relativamente autônoma com relação ao Estado, pois ao mesmo tempo em que se constitui em um lugar legítimo de elaboração ideológica, se constitui também num local de difusão ideológica, sendo, assim, responsável pela hegemonia, e, uma vez hegemônica, passa a ser elemento constituinte também do Estado. Desta forma, na teoria de Gramsci, este entendimento de Sociedade Civil, desloca a concepção de um Estado Restrito para um Estado Ampliado, que consiste basicamente em duas esferas: a Sociedade Civil, conceituada acima, e a Sociedade política, que representa os mecanismos coercivos e burocráticos do poder.

Esta distinção entre Sociedade Civil e Sociedade Política consiste apenas numa forma didática de explicitar a conceituação de Estado Ampliado, pois na esfera prática as mesmas se apresentam muito intrínsecas. No entanto, é importante ressaltar que estas duas esferas contribuem para conservar ou promover uma base econômica, porém de formas distintas, pois enquanto a Sociedade Civil se utiliza de consenso para instituir sua hegemonia, a Sociedade Política utiliza-se da coerção.

Além disso, outra diferenciação importante é que a Sociedade Civil por se constituir na articulação junto aos diversos organismos sociais, passa a ser um espaço mais autônomo, portanto sujeito às contradições e divergências de pensamentos. Daí sua relação dialética com o poder, pois ao mesmo tempo que é elemento importante para sua perpetuação, é, também, o principal elemento para sua dissolução, a medida que articular outros pensamentos hegemônicos.

é essa independência material (...) que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. (COUTINHO,1981:93).

Desta forma, a Sociedade Civil é a expressão da articulação dos interesses das classes, que se dá pela inserção econômica e também (e aí que reside à novidade de seu pensamento) pelas complexas mediações ideopolíticas e sócio-institucionais. (COUTINHO, 1999, p.73)

Para Gramsci a ordem social é definida pelo conceito de “bloco histórico”, ou seja, a classe dominante na esfera econômica encontra-se nesta posição (de dominação), porque detém a *dominação*, que corresponde à sociedade política, e a *hegemonia*, que corresponde à Sociedade Civil. Neste sentido o direcionamento societário se dá através do controle econômico, político e cultural (bloco histórico), que implica, necessariamente, numa relação de hegemonia entre governantes e governados.

A partir do pensamento de Gramsci, pode-se analisar que a idéia de uma sociedade onde a questão política, econômica e social (primeiro, segundo e terceiro setor) podem se doar de forma independente, se caracteriza muito mais por uma estratégia ideo-política para a manutenção da hegemonia, do que pela possibilidade efetiva de gerir de forma independente tais questões.

Esta forma de conceber a Sociedade Civil, a partir da teoria de Gramsci, além de fornecer elementos para entender as complexas relações de poder no Estado moderno, possibilita também vislumbrar a possibilidade da construção de um Estado mais democrático, através de mudanças processuais e gradativas a partir do referencial da mudança da hegemonia.

A constatação teórica e prático-política das especificidades da Sociedade Civil possibilitam a Gramsci defender que as classes subalternas podem ascender ao poder pela estratégia da ‘guerra de posição’, ou seja, por conquistas progressivas ou ‘processuais’ de espaços de direção político-ideológica e de formação de um consenso organizado e participativo no campo da Sociedade Civil. É por meio dessas ações que se formará uma ‘vontade coletiva nacional popular’, que se expressará na ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder político, explicitando a criação de um novo ‘bloco histórico’ (DURIGUETTO, 2005, p. 84).

O espaço da Sociedade Civil pode, para além de ser entendido como parceiro do Estado e conseqüentemente do mercado, se transformar num lugar onde se manifesta a organização e a representação dos interesses de diferentes grupos sociais, ou seja, um espaço onde a hegemonia de idéias encontra a possibilidade de diálogo, de elaboração de valores, culturas, ideologias. É neste espaço que os conflitos e as contradições podem, ou não, tornar conscientes e possibilitar a construção de um novo consenso.

A hegemonia expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados. A conquista progressiva de uma unidade político-ideológica – de uma direção de classe – requer busca do consenso dos grupos sociais aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades [...] em Gramsci, consenso, persuasão e diálogo devem caminhar, progressivamente, para um processo de construção de um novo projeto societário hegemônico das classes subalternas (DURIGETTO, 2005, p.85).

O elemento que dá consistência às intervenções quanto à questão social, pautada no pensamento de Gramsci, é a idéia de que o Estado passa ser um Estado ampliado onde “a obtenção da hegemonia deve preceder a tomada do poder, ou seja, a classe que se propõe uma transformação revolucionária deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental” (GRAMSCI, 2002, p.62).

Assim em Gramsci, no seu conceito de Estado ampliado, a Sociedade Civil toma efetivamente o papel de protagonista social, não no sentido de apagar as seqüelas sociais e deixar o Estado livre para apoiar projetos que apenas visam à consolidação do projeto neoliberal, mas no sentido assegurar a hegemonia necessária para a governabilidade e neste sentido permite repensar os valores ideopolíticos da sociedade no sentido de uma sociedade mais justa.

2.5. Da relação entre Estado e sociedade civil: uma realidade de contradições e possibilidades de mudanças.

As diversas formas de entendimento das relações entre sociedade civil e Estado estão diretamente ligada a diferentes projetos societários e, portanto, inserem no debate diferentes formas de intervenções quanto à questão social. Se por um lado, dentro do projeto neoliberal, a questão social é posta como responsabilidade da sociedade civil organizada e denota um Estado que prioriza a economia, por outro, esta mesma postura pode ser objeto de contradições à medida que provoca uma descentralização do debate quanto à questão social no âmbito da sociedade civil, contradição esta que pode potencializar o processo de construção de uma nova hegemonia.

Assim no que tange às relações sociais, estas que podem ser entendidas como dialéticas, dotadas de possibilidades de mudanças, as contradições inseridas no cotidiano quando tomadas como objetos de reflexão podem trazer a possibilidade de mudanças.

Entendendo a concepção de Estado ampliado, trazida por Gramsci, onde a sociedade civil tem lugar privilegiado no que se refere à garantia da hegemonia, pode-se entender que os espaços públicos são espaços imprescindíveis, onde se pode discutir e construir novos paradigmas, um novo consenso, enfim uma nova hegemonia.

Neste sentido, entendem-se como espaços públicos todos os espaços em que se congregam pessoas e há possibilidades de discutir o cotidiano coletivo, sejam eles institucionais ou alternativos.

Espaços como de escolas, postos de saúde, centros culturais, associações de bairros, igrejas etc., podem ser ampliados na sua relação com a comunidade de seu entorno criando uma rede não apenas de serviços, mas de discussões pertinentes à efetivação e criação de políticas públicas que podem ter maior eficácia quando pensadas a partir do próprio usuário. Assim as ações das instituições e entidades podem ser repensadas, no sentido de que se atendem a mesma comunidade, ainda que em diferentes aspectos, suas ações não devem ser estanques e fragmentadas, repartidas em compartimentos de saúde, educação, cultura etc. Ao contrário disto, o planejamento do trabalho social nos diferentes espaços deve ser pensado em sua totalidade.

A idéia de totalidade compreende uma leitura da realidade de diferentes perspectivas e aspectos, porém todos inter-relacionados, ou seja, deve-se ter por um lado o entendimento de que a organização do trabalho social deve partir da realidade local, apreender suas especificidades e ser capaz de traçar alternativas para a mesma e, por outro lado, deve compreender que aquela realidade não pode ser recortada da realidade maior que compreende a sociedade como um todo, e que, portanto, suas ações devem aferir o campo político, no sentido de contribuir para a consolidação de um projeto consistente de justiça social.

A idéia de totalidade nos permite entender a relação dialética entre a esfera micro e macro social⁴¹. Este entendimento é necessário e deve ser constantemente resgatado no movimento de ação/reflexão/ação, como forma de construção de uma justiça social efetiva pautada na idéia de direito universal de qualquer cidadão, contrapondo assim a um projeto de “pseudo-justiça” que tem como base o aspecto moral, passageiro e fragmentado da realidade.

A organização da sociedade civil, enquanto esfera micro social que se relaciona com a esfera macro social dialeticamente⁴² encontra seu espaço de articulação na elaboração e desenvolvimento de projetos políticos, que contemplem ações a favor da participação popular. Desta forma as diferentes instituições podem contemplar em seus planejamentos ações conjuntas que consigam sistematizar as demandas da população, a partir desta e para esta, e ao mesmo tempo, criar uma rede de interlocução entre as diversas instituições, por meio de debates em fóruns, conselhos, orçamentos participativos⁴³ etc.

Neste sentido, vê-se um rompimento com uma ação social pautada no assistencialismo puro e propriamente dito, em que se reduz o trabalho social na legitimação e compensação das desigualdades sociais⁴⁴, e começa a se pensar

⁴¹ É nesta esfera onde efetivamente as manifestações da questão social se “encontra” a questão social propriamente dita, ou seja, é aí que a falta de moradia, a educação e a saúde precária, a fome, a violência etc, estabelece um diálogo com a questão política, econômica e histórica, e se vêm intrinsecamente ligadas.

⁴² A relação dialética está no entendimento de que uma esfera interfere na outra mutuamente.

⁴³ Os fóruns e os diferentes conselhos, bem como o orçamento participativo, são espaços conquistados pela sociedade civil e têm extrema importância, portanto devem ser cada vez mais explorados e ampliados.

⁴⁴ No Brasil, o serviço social enquanto profissão regulamentada, surge tendo sua vertente de ação profissional pautada no assistencialismo. Seu surgimento esteve intrinsecamente ligado à manutenção da coesão social “ameaçada” pelas idéias comunistas. E como movimento pioneiro da regulamentação desta profissão que lida com a questão social, estava a igreja católica. Desta forma o surgimento do serviço social, promovido pela Igreja tinha como orientação doutrinária um trabalho

numa ação social de enfrentamento de questões que se formam a partir das contradições do presente histórico e da realidade concreta, marcada pelas manifestações da questão social.

Esta vertente da ação social exige uma definição de seu papel e uma articulação do trabalho que contrarie o processo de fragmentação e de sobreposição de intervenções.⁴⁵ Exige, além disto, uma constante compreensão e reflexão teórica dos processos globais em que está inserida nossa sociedade; a consciência de que o equacionamento da questão social passa e está diretamente relacionado com processos políticos globais; o entendimento que a questão social não existe de forma unívoca, mas através de suas manifestações: desemprego, saúde precária, educação precária, violência, falta de moradia, agressões do meio ambiente etc.; identificar os mecanismos geradores da exclusão e do aprofundamento da desigualdade social; enfim a ação social está permeada de competência teórica, técnica e política.

Desta forma, insere-se no debate sobre o enfrentamento das manifestações da questão social, a noção de justiça social, balizada por uma distribuição mais equitativa da riqueza socialmente construída e a construção/ implantação de políticas sociais públicas capazes de criar mecanismos que assegurem a todos os indivíduos uma vida com dignidade, onde o Estado torna-se a principal instituição reguladora deste processo.

pautado no reajustamento dos indivíduos e das coletividades. Não apenas neste sentido, mais em diferentes momentos e aspecto, a igreja cristã, teve laços estreitos e históricos com a questão social, assim como com a questão política e econômica.

⁴⁵ Sobreposição de intervenções refere-se à um conjunto de ações pontuais e emergenciais que vão estancando os problemas sociais, sem propor soluções mais efetivas, como por exemplo a criação e distribuições de bolsas, cestas básicas, aluguéis sociais etc, em detrimento da implantação de políticas de criação de empregos, onde a própria pessoa possa pagar seu aluguel, comprar sua comida etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos traçar nestes dois capítulos não só uma reflexão sobre a igreja batista paulistana e a ação social, discutindo a relação existente entre as mesmas no que se refere a organização política ideológica da sociedade, mas também, analisar os significados e desdobramentos reais destas mesmas ações.

A igreja é um dos organismos ideológicos da Sociedade Civil, portanto um local de construção de consenso, de elaboração e difusão de ideologia e, portanto, é um espaço onde se pode perpetuar ou construir uma hegemonia.

É preciso salientar, novamente, que as Igrejas batistas possuem independência e autonomia com relação a sua liturgia e organização, embora sejam ligadas a uma Convenção. Desta forma, as ações sociais da Igreja estão ligadas a cada Igreja local, assim a análise do nosso objeto de pesquisa pretendeu apreender a concepção dos batistas paulistanos frente à questão social, a partir das ações locais realizadas pelas diversas igrejas.

Para discorrer sobre o cenário Batista Paulistano quanto à ação social é preciso antes de tudo abordar o caráter missionário da mesma, pois, embora seja freqüente a abordagem dos problemas sociais em seu discurso como igreja, a solução destes problemas aparece, por muitas vezes, condicionada à uma providência divina, e a causa dos mesmos é, muitas vezes, atribuída à forças malignas.

No entanto, sendo a questão social algo cotidiano e inevitável, a Igreja vê-se impelida a se pronunciar e enfrentar tal questão, uma vez que a própria Igreja não está imune à mesma⁴⁶. Este enfrentamento geralmente é marcado por ações pontuais de cada Igreja, embora seja possível identificar algumas diretrizes que definem a visão do conjunto de Igrejas batistas, estabelecida pela Convenção das

⁴⁶ Ao julgar que os problemas sociais são advindos de maligna, a Igreja se colocar como alheia, e até, mesmo isenta a estes problemas, no entanto quando os problemas sociais atingem a própria Igreja, os mesmos, ora são tidos como provações divina, ora como desaprovação de Deus a uma determinada conduta.

Igrejas Batistas. Estas diretrizes trazem alguns embaraços entre questão política e missionária.

Política e missão tornam-se aqui um ponto complexo e paradoxal, pois se de um lado a ética religiosa do cristianismo não admite uma convivência alheia aos problemas sociais, de outro o papel missionário da igreja não consegue estabelecer um dialogo efetivo com a questão social, se considerarmos sua dimensão política. Neste sentido a ação social é abordada como algo alheio à questão política.

A ação social dos batistas brasileiros expressa e busca cumprir os propósitos do reino de Deus na sociedade, com o objetivo de propiciar condições para a plena realização da pessoa humana em relação a si mesma, ao próximo, à natureza e a Deus⁴⁷

A postura da igreja frente às manifestações da questão social circula basicamente numa esfera individual, onde se prega que a ação do cristão deve ser reta, o que o impele a praticar boas ações com relação ao próximo. Neste sentido os fundamentos da ação social dos batistas representam suas preocupações no campo do dever missionário cristão:

Constituem fundamentos da ação social dos batistas brasileiros:

- a) O entendimento de que as Escrituras apóiam a posição de que o dever do crente de amar inclui as dimensões sociais bem como as espirituais;
- b) A convicção de que as Escrituras ensinam a responsabilidade social de proteger vidas inocentes e carentes, mas também exorta a que o bem seja feito a todos, principalmente aos domésticos da fé;
- c) A crença de que a ação social desafia os próprios crentes e igrejas batistas a assumirem e viverem sua responsabilidade social, a fim de serem modelos para a sociedade e uma alternativa para o mundo;
- d) A compreensão de que a ação social dos batistas é individual, no sentido da responsabilidade do crente como pessoa, e comunitária, no sentido da responsabilidade da igreja e, em decorrência, da própria Convenção⁴⁸.

A ação social, deste ponto de vista, está intimamente ligada à moralidade Cristã, onde o fim não é o próximo que está sendo assistido, e sim a legitimação do pertencimento de quem professa a fé cristã ao grupo que pertence. De modo que

⁴⁷ Fonte: www.batistas.org.br

⁴⁸ Fonte: www.batistas.org.br

não promove uma ética social, mas sim individual que está ligada mais ao campo da moralidade do que da ética propriamente dita.

o protestantismo que analisamos nunca articulou, espontaneamente, uma ética social. O seu problema é outro. Preocupa-se com a salvação da alma. Por isto a questão da transformação do mundo sempre pareceu um desvio perigoso. A sua ética é individual e não social. Ela indica marca do comportamento do crente, adequado a sua condição de salvo... (ALVES, 1982 pag. 216).

Embora movimentos como o da Teologia da Libertação, dentro da própria igreja tenham surgido discutindo o papel da igreja e inserindo neste debate a questão política, estes debates não expressam a ideologia da igreja como todo, e, especialmente da igreja batista paulistana, que pontua a ação social como dever moral e não como postura política.

A questão missionária aparece de forma veemente balizando as ações sociais, trazendo a idéia de que as manifestações da questão social podem ser superadas através da ação divina, de forma que não se pontua questionamentos mais críticos a respeito da constituição da questão social. A exemplo disto podemos analisar a postura da igreja, aqui representada pela Primeira Igreja Batista em São Paulo, frente à questão das drogas, onde há um apelo às motivações espirituais, isentando assim o poder público quanto a questões de profunda complexidade política, econômica e social.

O Pastor Paulo Eduardo Vieira, titular da Primeira Igreja Batista em São Paulo, sempre teve um sonho. Desenvolver um projeto de Evangelismo com suporte em ações sociais na região central de São Paulo conhecida por Cracolândia. A Cracolândia para Cristo ou como diz o slogan do projeto: A Cracolândia vai ser transformada em Cristolândia(...).⁴⁹

Pode-se perceber que o enfretamento da problemática das drogas parte de uma motivação individual⁵⁰, delimitando e legitimando um comportamento condizente à condição ética cristã. Esta motivação individual apresenta um cunho

⁴⁹ Fonte: www.pib.org.br

⁵⁰ É preciso salientar o fato desta motivação ser representada pelo Pastor, denota a concordância e engajamento da Igreja como todo, onde embora exista a ação ela não vem acompanhada de uma compreensão de causa.

missionário, “eliminando” deste campo as questões políticas e econômicas que envolvem a questão do tráfico e consumo de drogas.

A Primeira Igreja Batista em São Paulo(...) tem condições de realizar um grande ministério de evangelização na cracolândia onde o poder público não tem conseguido sucesso. Afora a firme ação da polícia prendendo traficantes e cortando as linhas de suprimentos de drogas, não se pode ir muito além disso (...). Este problema somente pode ser resolvido, primeiro, através ações espirituais. É uma miséria tão assustadora que paralisa até o poder público. Se um viciado não aceitar ajuda de espontânea vontade, as autoridades nada podem fazer. Mas as orações da Igreja do Senhor podem repreender a miséria espiritual. Se Jesus entrar, a miséria vai embora. Porque Jesus é o libertador das almas oprimidas pelo diabo (...). Se existe uma forma eficaz de combater com eficiência a miséria da "cracolândia", a solução passa pelo terreno espiritual. Orações, jejuns e ações sociais combinadas entre a Igreja e o poder público. Quando a raiz do problema é espiritual, é preciso ter intimidade com Jesus para começar da maneira certa. Sob a liderança certa...Dirigido por Deus (...)

A compreensão de que um problema social está condicionado ao campo espiritual, não apenas isenta o poder público de suas responsabilidades, como também justifica sua ineficácia de promover políticas públicas de prevenção que faça frente a este problema. Desconsiderando, desta forma, o processo de constituição da questão social ligado diretamente à organização estrutural da sociedade de classes, bem como de seu movimento conjuntural, onde a pobreza não está simplesmente dada, seja por questões espirituais ou de qualquer outra natureza, mas é algo produzido socialmente por meio das organizações políticas, sociais e econômicas dos homens, através, paradoxalmente, do acúmulo e da produção da riqueza.

(...) uma das maiores contradições dos tempos modernos derivava do crescimento vertiginoso da riqueza que não produzia prosperidade, mas a pobreza e a plebe (...) (SEMERARO, 1999. p. 91)

Neste sentido chegamos a um ponto importante desta discussão: Considerando as manifestações da questão social advinda de sua constituição social, do ponto de vista efetivo, não se pode desvincular qualquer ação social da ação política, uma vez que toda ação contribui para a manutenção, mudança ou transformação da conjuntura e estrutura social. Sendo assim, onde se situada a

ação social da igreja, frente ao paradoxo entre política e missão? Será possível, mediante ao caráter missionário, desvincular a ação social da ação política?

A grande problemática que reside neste campo, é que a Igreja, enquanto instituição social, não apenas está inserida na sociedade como formadora de valores, como é elemento constituinte da Sociedade Civil. A formação de valores está diretamente ligada à questão política, uma vez é através desta construção que vai se formando o pensamento hegemônico da Sociedade Civil e conseqüentemente contribuindo para a manutenção ou transformação do projeto hegemônico societário. Assim, ao se colocar como elemento neutro às questões estruturais e conjunturais da sociedade sob o argumento de seu caráter missionário, a Igreja contribui para a manutenção do *status quo*, ou seja, daquilo que já está estabelecido, o que torna esta “neutralidade” num ato político, portanto intencional.

Historicamente, a igreja tem sido uma instituição com participação bastante significativa na organização de poder da sociedade. Desde a idade média com a igreja católica, passando pela reforma protestante, até os diversos discursos hoje veiculados pelas inúmeras denominações cristãs evangélicas, a igreja exerce um grande poder ideológico de coesão social.

Assim, contraditoriamente, a Igreja enquanto instituição que vem ao longo da história exercendo uma grande influência política na sociedade, apresenta um discurso de que os problemas sociais podem ser resolvidos por meio da conversão dos indivíduos a cristo, uma vez que estes indivíduos se tornaram portadores de uma moralidade cristã, e ao mesmo tempo, justifica a ação social como um meio de evangelização para trazer mais adeptos a igreja.

Neste sentido, no campo político, esta influência histórica da igreja na sociedade e seu discurso pautado numa moral individual, provoca um fetiche de neutralidade política, que tenta justificar sua efetiva participação política como mera guardadora do *bem*, impondo assim um juízo de valor, uma vez que este *bem* é representado por organizações políticas humanas. Desta forma, a igreja legitima, entre organizações políticas ideológicas humanas, aquilo que julga como sendo “divinamente” mais apropriado. Enquanto que no campo social, as ações sociais promovida pela igreja, representada pela boa ação ao próximo, torna-se meios de evangelização de pessoas.

Imprimindo um discurso de neutralidade política, a igreja contribui para a manutenção o projeto político hegemônico que coloca a Sociedade Civil como parceira do Estado incumbida de promover o bem estar social aparando as manifestações da questão social, de forma que desconsidera, tanto seu papel político enquanto organismo da Sociedade Civil, quanto o entendimento que a questão social é resultado das diferenças societárias promovida pela sociedade capitalista. Deste modo, sob um discurso de neutralidade política e dever missionário, vai contribuindo para isenção do poder público quanto a sua responsabilidade social.

Vimos neste trabalho de pesquisa, que a presença histórica dos batistas na sociedade brasileira e paulistana experimentou profundas mudanças em função de uma necessidade de contextualização e alinhamento institucional.

Seus métodos de atuação missionária, sua leitura política e estrutural, a associação a partir de Convenções Estaduais e a unidade no intuito de alicerçar um referencial de identidade denominacional baseada nos princípios de separação entre Igreja e Estado, na autonomia do indivíduo e na transformação da sociedade a partir da evangelização da nação, princípios estes, que ainda hoje continuam sendo a base de uma teórica cosmovisão da denominação.

Esta capacidade de mobilidade prática, característica singular dos batistas brasileiros, trouxeram um visível desenvolvimento na autonomia local das igrejas e em consequência disto, um crescimento tão significativo que tornou a mais tardia das missões, na maior denominação histórica hoje no Brasil.

No entanto, mesmo tendo como objetivo central uma ação evangelizadora associada a uma ideologia de cunho liberal, os batistas desenvolveram ao longo deste período uma *“percepção social de sintomas”* extremamente positiva, tendo em vista, os mecanismos locais de ação social⁵¹ que se criaram para responder as demandas sociais que se apresentaram diante dela, demonstrando uma relevante reação diante dos enfrentamentos existentes cada dia em maior número e extensão em função das distorções produzidas por este modelo econômico e pelo agravamento das situações de desigualdade diante da incapacidade do poder

⁵¹ São hoje quase 2.000 projetos sociais batistas em atividade na cidade de São Paulo.

público em adotar políticas que possibilitem um processo de reversão deste cenário de injustiças.

Entretanto, quando apresentamos o conceito de compreensão de ação social como sendo o debate sobre o enfrentamento das manifestações da questão social, a noção de justiça social, a luta por uma distribuição mais eqüitativa da riqueza socialmente construída e a construção/ implantação de mecanismos que assegurem ao indivíduo não só estruturas emergenciais de suporte, mas, propostas para um processo de re-inserção e inclusão do indivíduo na sociedade e no espectro de acesso aos mecanismos de autonomia social, esta conceituação não se faz unidade entre os batistas que conservam as premissas assistencialistas.

Entendemos então, haver hoje uma distorção na leitura que os batistas paulistanos fazem quanto aos conceitos apresentados inicialmente nestas considerações finais, quanto aos limites destes referenciais de autonomia local de gestão que se levados à última estância de avaliação, se transformam em ações individuais desarticuladas e desprovidas de qualquer intencionalidade construtiva onde a interpretação local necessitaria claramente, conforme a análise qualitativa nos mostra, de um processo muito mais aprofundado de discussão quanto a estes mesmos mecanismos, que em si, são positivos e podem, se devidamente organizados e ideologicamente articulados gerarem transformações importantes na sociedade contemporânea.

Reitera-se então, a emergente necessidade de uma revisão profunda no modelo de organização institucional vigente entre os batistas paulistanos na busca por uma hegemonia de ações, práticas e compreensões que aproxime a Instituição do seu objeto de busca, ou seja, a comunidade na qual está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIM, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ALVES, Rubem A. *Protestantismo e Repressão*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

BARATTA, Giorgio. *As Rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. 1ª ed. São Paulo: DP&A, 2004.

BARBUY, Heraldo. *Marxismo e Religião*. 1ª ed. São Paulo: Convívio, 1979.

BEGHIN, Nathalie. *A Filantropia Empresarial: Nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2004.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 20ªed. São Paulo: Vozes, 2001.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIGO, Pierre. *A doutrina social da igreja*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1969.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. 1ª. Ed. Petrópolis: Vozes-Koinonia, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade. Por uma teoria geral da política*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola ; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política: Vol I e Vol II*. 6ª ed. São Paulo: Editora UnB, 2006.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se Fez Povo*. 2ªed. São Paulo: Circulo do Livro, 1986.

BOFF, Leonardo. *Eclesiogênese: as Comunidades Eclesiais de Base reinventam a Igreja*. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1977.

- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da questão social- uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALCANTI, Robson. *Cristianismo & Política*. 2ª ed. Niterói: Vinde, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1999.
- CRABTREE, A. R.. *História dos Batistas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Casa Publicadora Batista, 1962.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares de vida religiosa*. 2ª. ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos*. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXVI. N. 81. São Paulo, Cortez, 2005.
- EAGLETON, Terry. *Marx*. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- ELWELL, Walter. *Enciclopédia Histórico-Teológica Cristã*. Vol. III. 4ª. Ed. São Paulo: Vida Nova, 1998
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do Poder*. 20ª ed. São Paulo: Graal, 2004.
- FAIRCLOTH, Samuel D. *Esboço da História dos Baptistas*; Súmula do livro de Torbet. Leiria, Portugal: Edições Vida Nova, 1959.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola. 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, Vol I, II, IV e VI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4ª ed. São Paulo: Graal, 2000.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A Força Histórica dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GUSMÃO, Rute. “A ideologia da solidariedade” In: Serviço Social e Sociedade, nº 62, ano XXI. São Paulo, Cortez, 2000 (pp.93-112).

HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. 25.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.

LÉONARD, Èmile-G. *O Iluminismo num protestantismo de constituição recente*. 1ª ed. São Paulo: Umesp, 1982.

LIMA, Sandra A. Barbosa. *A participação social no cotidiano*. 5ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LUKÁCS, Georg. *Estado, História e Consciência de Classe*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna*. 1ª. ed. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARX, Karl. *O Capital O Processo de Produção do Capital: Vol I e Vol II* . 5ª. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MAY, Roy H.. *Los pobre de la terra*. 1ª. ed. San Jose: Oikumene, 1983.

MESQUITA, Antonio Neves de. *Os Batistas no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Casa Publicadora Batista, 1940.

MENDONÇA, Antonio Gouvea; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1990.

MOHANA, João. *Pobres e ricos perante Cristo no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1982.

MONTANO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003

NIEBUHR, H. Richard. *As origens sociais das denominações cristãs*. 1ª. ed. São Bernardo do Campo: Aste, 1992.

NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OTTO, Rudolf. *O Sagrado*. 1ª ed. São Paulo: Imprensa Metodista, 1985.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Centelha em Restolho Seco*. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova , 2005.

PASTORINI, Alejandra. *A Questão Social em Debate*. 1ª ed. São Paulo: Cortez , 2002.

PEREIRA, J. Reis. *A História dos Batistas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Juerp, 1982.

PIERUCCI, Antônio Pierucci; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

POLITZER, Georges. *Princípios Elementares de Filosofia*. 9ª ed. Lisboa: Prelo Editora, 1979.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate*". São Paulo, Cortez, 1998.

ROSAVALLON, Pierre. *A Crise do Estado Providência*, Lisboa: Ed. Inquérito, 1981.

SCHAEFFER, Francis A . *Neo-modernismo ou cristianismo*. São Paulo: Ação Bíblica do Brasil, 1978.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas idéias*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil: Cultura e Educação para a Democracia*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luis Mauro Sá (org.). *Sociologia da religião e mudanças sociais: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 1993.

SPOZATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sonia Maria Teixeira. *Os Direitos(dos desassistidos) Sociais*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

STOTT, John R.W. . *La mission cristiana hoy*. 1ª ed. Buenos Aires: Certeza, 1977.

TROELTSCH, Ernst. *The social teaching of the christian church*. 2ª ed. London: George Allen & Unwin Ltd, 1949.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez . *Ética*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WILSON, Bryan. *La religión en la sociedad*. 1ª ed. Barcelona: Labor, 1969.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)